

A Ciência Económica em Portugal

UMA HISTÓRIA RECENTE

2019

Vítor Neves e José Reis
Coordenadores


ALMEDINA

A CIÊNCIA ECONÓMICA EM PORTUGAL

UMA HISTÓRIA RECENTE

COORDENADORES

Vitor Neves e José Reis

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

REVISÃO

Victor Ferreira

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

João Jegundo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Novembro, 2019

DEPÓSITO LEGAL

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL — CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

A CIÊNCIA ECONÓMICA EM PORTUGAL

A ciência económica em Portugal:

uma história recente / coord.

Vitor Neves, José Reis

ISBN 978-972-40-8155-7

I — NEVES, Vitor

II — REIS, José

CDU 330

AGRADECIMENTOS

Este livro é uma obra coletiva, um trabalho de equipa, com a singularidade das suas contribuições individuais mas pensado como um todo no contexto de muitas, ricas e frutuosas trocas de ideias.

O trabalho que realizámos não teria sido possível sem a preciosa colaboração de muitas personalidades que disponibilizaram o seu tempo para, em entrevistas ou por email, fornecerem muito do material com que este livro se teceu. Para todos eles, demasiado numerosos para serem aqui referidos mas cujos nomes o leitor identificará ao longo das páginas que se seguem, o nosso agradecimento. Uma palavra de agradecimento é também devida a Victor Ferreira pelo trabalho competente e pelo inexcedível cuidado na revisão de todo o manuscrito.

Este trabalho tem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT/MEC), através de fundos nacionais, e é cofinanciado pelo Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional — FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Inovação — COMPETE 2020, no âmbito do projeto RECON — *Que ciência económica se faz em Portugal? Um estudo da investigação portuguesa recente em Economia (1980 à atualidade)*, com a referência: PTDC/IVC-HFC/3826/2014 — POCI-01-0145-FEDER-016871.

Capítulo 4

A uniformização no ensino pós-graduado em Economia de 1980 até hoje

GONÇALO MARÇAL, ANA COSTA e MANUEL BRANCO

Introdução

Neste capítulo, aborda-se a origem do ensino pós-graduado¹ em Economia em Portugal e a sua evolução grosso modo desde 1980 até à atualidade, focando os seus principais objetivos, características, orientações e estratégias, e assentando essencialmente num conjunto de entrevistas com docentes e diretores das referidas formações em vários momentos ao longo deste período, nas instituições em que se doutorou o maior número de economistas ao longo deste período — Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (FEUNL), Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).² As formações consideradas aqui em Economia não esgotam as formações que tratam da economia num sentido mais ou menos lato. O foco incidiu essencialmente naquilo a que se poderia chamar a fileira de Economia no seio da qual existe uma

¹ Não se ignorando a importância dos programas de licenciatura na formação dos economistas, estes são referidos na medida em que impactaram na estrutura e conteúdo da oferta das pós-graduações.

² Nestas cinco instituições de ensino superior realizaram-se cerca de 70% das teses de doutoramento em Economia em Portugal desde 1980. No ISEG, foram entrevistados João Ferreira do Amaral (JFA) e Miguel St. Aubyn (MSA), na FEUNL, Ana Balcão Reis (ABR) e Luís Campos e Cunha (LCC), na FEP, António Brandão (AB) e Elvira Silva (ES), na FEUC, Adelino Fortunato (AF) e Pedro Bação (PB), e, no ISCTE, Catarina Roseta Palma (CRP), Helena Lopes (HL), Joaquim Ramalho (JR) e Sofia Vale (SV).

progressão do mestrado para o doutoramento e em que essa formação se intitula Economia apenas. Esta visão pode parecer redutora à primeira vista, mas é aquela que permite dar conta da evolução destas formações e nomeadamente da uniformização sofrida.

O objetivo principal neste texto é então tentar perceber o que levou à referida uniformização do ensino pós-graduado em Economia em Portugal. Apesar da existência de várias Escolas no país com ensino pós-graduado em Economia, esta variedade não se refletiu, no entanto, na variedade da oferta. Com efeito, se nos anos 1980 as idiossincrasias de cada Escola se refletiam de modo bastante claro na sua oferta formativa, de então para cá assistiu-se a uma progressiva uniformização. Dois vetores de força parecem estar na base deste processo. Por um lado, as Escolas foram voluntariamente imitando os modelos que se assumiam como os mais reconhecidos a nível internacional e, por outro, foram de certo modo coagidas a adotar esses formatos. A concorrência entre universidades, ou seja, a necessidade de captar os melhores alunos, assim como a generalização do processo de avaliação e acreditação dos cursos, configuram esta coação.

O ensino pós-graduado em Portugal surge com o propósito de impulsionar a investigação e o conhecimento avançado nas várias áreas científicas. Em 1978, o Ministério da Educação legisla sobre os graus e diplomas do ensino superior, criando e regulando a figura do mestrado,³ constituindo este a partir de então um patamar essencial para a preparação dos doutoramentos (Marçal Grilo, 1994: 419–421). No contexto da docência universitária, o novo Estatuto da Carreira Docente Universitária, de 1979, estipula que os assistentes universitários, que constituíam a larga maioria dos docentes nas universidades, teriam que obter um diploma de pós-graduação para permanecer na carreira universitária.⁴ Em 1980, quando se estabelecem as normas relativas à criação de mestrados,⁵ entendeu-se que a formação pós-graduada, se munida de um reconhecimento inter-

³ Decreto-Lei nº 304/78. Disponível em <<https://dre.pt/application/file/80814>>.

⁴ Decreto-Lei nº 448/79. Os assistentes passavam a ser recrutados obrigatoriamente entre os detentores do grau de mestre e os professores auxiliares entre os assistentes com o grau de doutor (ver os Artigos 11º e 12º do referido Decreto-Lei). Disponível em <<https://dre.pt/application/file/82310>>.

⁵ Decreto-Lei nº 263/80 e Decreto-Lei nº 264/80 (este último criou os Institutos Coordenadores de Estudos Graduados das várias Universidades). Disponíveis em <<https://dre.pt/application/file/83254>>.

nacional, contribuiria para dotar a Universidade de um maior número de investigadores (contrariando a frequente prossecução da carreira no estrangeiro) e para dar formação avançada também aos altos quadros de entidades públicas e privadas.

No que respeita à ciência económica, estas preocupações já tinham sido manifestadas algumas décadas antes. A reforma de 1949, promovida por António Manuel Pinto Barbosa, num movimento modernizador do ensino da Economia em Portugal, pretendia lançar as bases educacionais que permitiriam impulsionar a investigação económica anos mais tarde, em particular aplicada à economia portuguesa. No contexto desta reforma, emergiu um espaço embrionário do ensino pós-graduado em Economia, nas designadas “salas de estudo”. Manuel Jacinto Nunes *et al.* (2016) afirmam que estas teriam

sido idealizadas, quer como espaço de aprofundamento das novas matérias teóricas leccionadas, quer como iniciação à pesquisa aplicada a aspectos da realidade económica portuguesa. Deste modo se cuidava da formação avançada de um núcleo mais interessado de alunos e também dos jovens assistentes com responsabilidades de docência. (Nunes *et al.*, 2016: 378)

Um desses assistentes, o próprio Manuel Jacinto Nunes, num artigo de 1968 (Nunes, 1968), seguindo essa orientação, apelava à necessidade de se cumprirem três funções na Universidade: formação cultural, preparação profissional de nível superior, e investigação científica. No caso particular da Economia, entendia que a formação cultural do economista devia incidir numa perspetiva do económico não desligada do social, incluindo o estudo de áreas científicas como a Sociologia e a Ciência Política. Quanto à preparação profissional, reconhecia que a ocupação do economista se desdobrava principalmente em duas atividades — a elaboração e a execução da política económica, no setor público, e a economia da empresa, no público ou privado — às quais seria desejável adaptar o curso de Economia (estudo de novas técnicas, maior desenvolvimento e sistematização de ambas, e um alargamento das aulas práticas). Por último, congratulando-se com a criação da JNICT em 1967, considerava urgente a adoção de algumas medidas para a investigação. Em primeiro lugar, a criação do regime de tempo integral para os professores universitários. Segundo, a criação de cursos de pós-graduação a frequentar pelos candidatos a doutoramento, pressupondo-se ainda o alargamento e/ou a criação de centros de investigação

(institutos, centros de estudo, gabinetes, etc.) ligados à universidade e o seu respetivo financiamento. Neste contexto, acrescentava ainda o benefício que emergiria com um maior entrosamento entre as entidades públicas e privadas, por um lado, e a Universidade, por outro.

Outro assistente que frequentou as “salas de estudo”, Francisco Pereira de Moura, teria um papel preponderante na continuação da modernização da ciência económica em Portugal durante os anos 1960 e 1970. Autor de manuais que formariam economistas durante vários anos, como *Lições de Economia e Análise Económica da Conjuntura*, procurou atualizar o campo disciplinar da Economia enquadrando-o na síntese neoclássica-keynesiana, privilegiando, contudo, uma abordagem abrangente, plural e multidisciplinar.⁶ Nesta altura, embora não existisse um modelo inspirador no estrangeiro, as principais referências de ensino e bibliográficas eram sobretudo europeias.⁷ O carácter distintivo da licenciatura assentava no

⁶ «Ele introduziu os modelos macroeconómicos keynesianos e a síntese neoclássica-keynesiana no ensino universitário. Manteve-se fiel à exigência de modelos formais e a uma teorização clara, mas nunca dispensou os contributos preciosos da história económica e da sociologia para a compreensão dos processos da vida real. A história económica moderna, a história do pensamento económico, o ensino de paradigmas alternativos e a economia do desenvolvimento foram incluídos no curso do ISEG, que se desenvolveu sob os auspícios de Moura» (Louçã, 1998: 364).

⁷ Como, por exemplo, referido por JFA, o manual de Erich Schneider, *Einführung in die Wirtschaftstheorie*, Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1950–1958. No ano letivo de 1963–1964, este manual estava incluído na bibliografia das cadeiras Economia I e Economia II. Na bibliografia de Economia I figuravam também as seguintes referências: Raymond Barre, *Économie politique*, Paris: PUF, 1956–1964; Ferdinando di Fenizio, *Economia politica*, Milano: Ulrico Hoepli, 1951; Lloyd G. Reynolds, *Economics. A general introduction*, Homewood: R. D. Irwin, 1963; Paul A. Samuelson, *Economics. An introductory analysis*, New York: McGraw-Hill, 1948-1961. E, em Economia II, as seguintes: Gardner Ackley, *Macroeconomic Theory*, New York: Macmillan, 1961-1963; James M. Henderson, Richard E. Quandt, *Microeconomic theory: A mathematical approach*, New York: McGraw-Hill, 1958. Frederik Zeuthen, *Economic theory and method*, London: Longman, 1955. Por último, em Economia III, centrada no desenvolvimento económico: Stephen Enke, *Economics for Development*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1963; Celso Furtado, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Fundo Univ. de Cultura, 1961; Élias Gannagé, *Économie du développement*, Paris: PUF, 1962; B. Higgins, *Economic development: principles, problems and policies*, New York: Norton & Co, 1959; Albert Hirschman, *Estratégia do desenvolvimento económico*, Rio de Janeiro: Fundo Univ. de Cultura, 1961; C. P. Kindleberger, *Desenvolvimento económico*, Lisboa: Liv. Clássica Ed., 1960; Vittorio Marrama, *Política económica de los países subdesarrollados*, Madrid: Aguilar, 1962; G. M. Meier e R. E. Baldwin, *Economic development: theory, history and policy*, New York: Wiley & Sons, 1959; Gunnar Myrdal, *Planifier pour développer: De l'État-Providencia au Monde-Providencia*, Paris: Ed.

foco dado aos problemas reais da economia, e estava associado ao economista tipo e correspondente procura laboral da época, como denota João Ferreira do Amaral.

[O ISCEF]⁸ dava muita importância à economia real — a chamada economia real —, havia cadeiras de Economia Industrial, de Economia dos Transportes, também porque os empregadores eram um bocado diferentes na altura. O Estado empregava muitos licenciados em Economia, e foi aliás o meu caso. E muitas vezes [o Estado] ia, antes de [os alunos] completarem a licenciatura, recrutar, convidar. E, portanto, eram coisas úteis porque eram coisas que tinham de facto uma aproximação à realidade relativamente grande. (JFA)

A Faculdade de Economia do Porto, criada em 1953, prosseguiu na mesma matriz, procurando convergir com a síntese neoclássica-keynesiana, mas também com vertentes do curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, adotando, como aliás o ISCEF, um curso de Economia com peso significativo de áreas como a Gestão e o Direito (Nunes *et al.*, 2016: 384).⁹

No decorrer da década de 1970 são criadas algumas faculdades que acrescentam à oferta educativa cursos de Economia e de Gestão,¹⁰ introduzindo um novo cenário de concorrência universitária.

No ISE (antigo ISCEF), entre 1974 e 1976, o pós-revolução remeteu para um lugar secundário a matriz da síntese neoclássica-keynesiana, dando

Ouvrières, 1963; R. Nurkse, *Problems of capital formation in underdeveloped countries*, New York: Oxford University Press, 1953; A. Pepelasis, L. Mears, and I. Adelman, *Economic development: Analysis and case studies*, New York: Harper & Brothers, 1961.

⁸ Atual ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão). O ISEG foi ISCEF (Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras) entre 1930 e 1972, ISE (Instituto Superior de Economia) entre 1972 e 1990, e ISEG desde então.

⁹ Conforme denotam Bastien e Cardoso, «o ISCEF [...] mantinha com a Faculdade de Economia do Porto [...] a prerrogativa de formação de profissionais nos domínios das ciências económicas, empresariais e financeiras» (2018: 116). «Só de Direito, o meu curso, que era de cinco anos, tinha o que seria hoje equivalente [...] [a quase] um curso de Direito atual» (JFA).

¹⁰ Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (em 1973, o de Economia), Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (em 1972, o de Economia, em 1973, o de Gestão), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (em 1972, o de Gestão), Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (em 1972, o de Economia), Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (em 1978, o de Economia) e Instituto Universitário de Évora (em 1979, o de Economia e o de Gestão).

maior expressão à corrente marxista. Não desaparecendo por completo nesses anos, sobretudo nos anos finais do curso de licenciatura em Economia, a síntese neoclássica-keynesiana viria a recuperar a dominância em 1976. Em virtude de uma imagem associada à corrente marxista, e do que foi visto como uma perturbação também ao nível do funcionamento das aulas e da própria instituição, por força do período pós-revolucionário e da contestação estudantil no ISE, a Universidade Católica Portuguesa pôde apresentar-se nessa altura como uma alternativa em Lisboa.

O impulso dado, entretanto, ao ensino pós-graduado, a criação de vários centros de investigação e um novo contexto de oferta universitária vieram transformar a realidade anterior, que se caracterizava por uma diminuta produção científica e sem revisão por pares. As condições para a investigação eram débeis, com um baixo nível de financiamento, e a própria academia não estava orientada para a investigação, não existindo inclusivamente incentivos para a progressão na carreira. As instituições de apoio à investigação, como a JNICT e o INIC, não providenciavam um apoio financeiro suficiente a projetos de investigação como a FCT faria no final dos anos 1990. Os primeiros centros universitários dedicados especificamente à investigação em Economia (como o GANEC, na FEUNL, ou o CISEP, no ISE) caracterizavam-se sobretudo por projetos de consultoria. É ainda neste contexto que se criam as primeiras revistas científicas, como a *Economia* (FEUNL e UCP) e a *Estudos de Economia* (ISE).

1. Primeiros cursos de pós-graduação em Economia

A criação dos primeiros mestrados surge numa época em que vários acontecimentos marcariam o posterior percurso do ensino da Economia, a nível internacional e nacional. A crise do petróleo em 1973 acentuou a crise do paradigma keynesiano dominante na Macroeconomia. Em Portugal, com a Revolução de Abril, este acompanhamento não foi imediato. Posteriormente, o impacto conjunto das crises do petróleo de 1973 e de 1979, as intervenções do FMI em 1977 e 1983, e a entrada na CEE em 1986 foram favoráveis à implementação bem-sucedida das ideias de ensino que começavam a adotar-se no final dos anos 1970 em várias faculdades norteamericanas e europeias, que popularizavam o ensino de correntes como o Monetarismo, a Teoria da Escolha Pública e a Nova Economia Clássica. Em Portugal, a FEUNL, criada em 1978, foi precursora na importação destas novas ideias, centrando os seus cursos em torno do ensino da

economia neoclássica, e estruturando-os à data, tal como hoje, num núcleo composto essencialmente pelas disciplinas de Microeconomia, Macroeconomia e Econometria. Esta abordagem opunha-se à prática das principais faculdades de Economia até então.

É com a FEUNL, em 1978, que surge o primeiro curso pós-graduado em Economia — um programa conjunto de mestrado e doutoramento. Apelidado de Programa de Doutoramento e Mestrado (PDM) em Economia, este programa pretendia proporcionar, para licenciados em Economia ou outras licenciaturas consideradas compatíveis, «o aprofundamento dos seus conhecimentos a nível avançado e o desenvolvimento das aptidões necessárias à identificação, análise e resolução dos problemas económicos, bem como ao ensino e investigação».¹¹ Dirigindo-se fundamentalmente para a formação profissional de altos quadros de instituições públicas e privadas relevantes no domínio da Economia, para a formação de docentes universitários e a iniciação na investigação, anunciava a sua inspiração ao pretender dar formação «ao menos equivalente ao grau de “Master” numa boa universidade estrangeira»,¹² e que se julgasse suficiente para prosseguir o doutoramento. O programa englobava uma parte letiva, à qual se seguia um trabalho complementar (monográfico ou de investigação).¹³

A experiência partilhada pela maior parte dos membros da Comissão Instaladora de ter realizado o doutoramento nos EUA foi determinante para o projeto de criação da FEUNL. Envolveu a frequência de programas doutorais com uma componente curricular, como era característico da formação pós-graduada em Economia nos EUA. A experiência desta trajetória foi vivenciada de forma engrandecedora associada à perceção de que os EUA eram o principal centro de formação e produção científica no domínio da Economia. É comum a referência ao facto de algumas

¹¹ *Guia da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1978/1979*: 14.

¹² *Ibidem*: 15.

¹³ A parte letiva incluía um semestre preliminar, que integrava «as matérias consideradas indispensáveis para a frequência do curso» (*ibidem*: 15), constituído pelas disciplinas de Matemática para Economistas, Estatística, Teoria Económica I, Teoria Económica II, e Informática (optativa). Os restantes semestres compunham-se com a seguinte ordem de disciplinas: Teoria Microeconómica I, Teoria Macroeconómica, Cálculo, Teoria Microeconómica II, Teoria do Crescimento e do Capital, Programação Matemática, Economia Internacional, Economia Pública, Econometria, e três entre as seguintes: Teoria e Política Monetária, Política Financeira, Análise de Investimentos, Política Económica, Teorias do Desenvolvimento, Planeamento Económico, e Econometria Aplicada (*ibidem*: 15–16).

das disciplinas nos cursos nos EUA serem lecionadas por economistas a quem se atribuiu ou viria a atribuir prémios Nobel (de acordo com Luís Campos e Cunha, «às vezes eram bastantes confusos, mas estávamos a beber a ciência ali da fonte, diretamente»). A motivação para os membros da Comissão Instaladora residia na possibilidade de replicar grande parte dos elementos de ensino e de gestão universitária que tinham presenciado nos EUA. O ensino pós-graduado em Economia que a FEUNL oferecia mimetizava vários elementos desses programas, e contrastava com a realidade académica existente em Portugal, de acordo com Luís Campos e Cunha ou Ana Balcão Reis:

[N]os EUA era já uma coisa completamente comum e assente que o doutoramento tinha uma parte de curso, de cadeiras, que assim mais ou menos consubstanciava as cadeiras do mestrado, e depois havia dois exames. Quem seguia para fazer o mestrado fazia uma tese de mestrado. Quem quisesse seguir o doutoramento tinha dois exames, um exame de teoria geral e um exame de especialidade, também mais uma vez tradição norte-americana. (LCC)

Quando o programa de doutoramento foi lançado, [...] foi lançado [...] num molde completamente diferente daquele que existia nas outras escolas, porque foi tentando seguir a maneira de fazer das universidades americanas. Portanto, foi muito diferente de tudo o que existia na altura em Portugal. (ABR)

A estrutura e o conteúdo do programa opunham-se ao tipo de doutoramento em regime tutorial que vigorava nas faculdades de Economia em Portugal (e mesmo na maior parte da Europa¹⁴). Este novo formato associava-se à perceção de que comportaria uma exigência maior.

Eu acho que havia esta noção de que não havia um programa de doutoramento a sério na área de Economia. (ABR)

Considerava-se que a licenciatura era insuficiente para alcançar um conhecimento aprofundado e abrangente ao nível teórico, quer quanto ao que se entendia ser o núcleo científico da Economia, quer para a realização da tese de doutoramento ou de atividades de investigação.

¹⁴ «Quando aqui foi iniciado o programa de doutoramento — com cadeiras, exames de especialidade, o exame de teoria geral —, não sei quantos é que haveria na Europa... e não havia muitos» (LCC).

A própria tese de doutoramento deveria acompanhar esse aprofundamento. De acordo com Ana Balcão Reis:

[N]a tese, nós estudamos um assunto a sério, não estudamos ali um tema-zinho, [mas] isso não faz de nós economistas ou conhecedores do que é que é a ciência da economia, de tudo o que é a área. E, portanto, aqueles dois anos de cadeiras — e o primeiro ano é Microeconomia, Macroeconomia, Econometria e Matemática — é para ficarmos a conhecer o que é feito a nível teórico do conhecimento, na fronteira do conhecimento naquela área, que não é suposto ensinar na licenciatura [... mas,] para um aluno de doutoramento, sim, porque um aluno de doutoramento depois vai trabalhar sobre isso. (ABR)

O programa tinha ainda como objetivo a preparação para uma eventual realização do doutoramento no estrangeiro,¹⁵ principalmente em universidades norte-americanas, uma tradição que se mantém desde então e que se constitui, para Ana Balcão Reis, como um dos elementos distintivos do programa. Outro elemento inspirado na experiência norte-americana prendia-se com a orientação explícita da tese para o formato de ensaios (*essays*), procurando-se que estes se ajustassem ao modelo de publicação em revistas científicas indexadas:

Ao longo de todo o processo, o que nos era dito era: «*Papers* para serem publicados.» Não é uma tese conjunta, [um] trabalho grande, com muitas páginas. A ideia era que dali saíssem *papers* publicáveis, e até um bocadinho essa fasquia da qualidade: é que eram *papers* publicáveis. (ABR)

Esta ideia de tese opunha-se àquela que existia à época nas universidades portuguesas, e nas de Economia em particular, e constituía uma forma nova de estar na investigação. Luís Campos e Cunha, doutorado na Universidade de Columbia no princípio dos anos 1980, e docente na FEUNL desde meados da mesma década, aponta essa diferença:

Dantes, em vez de uma tese inovadora, era[m] muitas vezes teses em que se mostrava que se sabia tudo sobre aquele tópico, o que, no fundo, era uma espécie de uma gigantesca sinopse do que se tinha feito, mas não tinha nada de inovador. (LCC)

¹⁵ «Ainda acontece muito hoje em dia. Os alunos inscrevem-se, fazem o primeiro ano de PDM, vão tendo umas aulas. Também vão vendo o que é, o que na verdade facilita muito depois o processo lá [nas universidades norte-americanas] porque as cadeiras são as mesmas» (ABR).

A inovação residia sobretudo na aplicação empírica de modelos matemático-dedutivos, em particular econométricos. Frequentemente a aplicação não era feita ao caso português. A limitação da informação estatística sobre a economia portuguesa e a percepção de que a aplicação ao caso português poderia ser menos atrativa em termos de publicação justificava a opção feita. A investigação de natureza mais fundamental também não era a opção predominante. Luís Campos e Cunha justificava-a pela inexistência de massa crítica em várias temáticas de investigação em Portugal.

As teses tinham um elemento aplicado porque era mais fácil obter aí [a] inovação, porque era sempre necessário ser inovador. [...] Uma das maneiras de se fazer uma coisa inovadora é pegar numa metodologia que foi aplicada noutro sítio [e] aplicá-la cá. Quando se transpõe, tem sempre de se adaptar muita coisa. [...] Muitas vezes, dada também a inexistência de massa crítica de investigação no domínio fundamental, era natural que as pessoas se encostassem mais a teses empíricas. Mas isso era fruto das circunstâncias e dos interesses do próprio, não havia nenhuma orientação para ser mais aplicada ou menos aplicada. (LCC)

A criação do primeiro Mestrado em Gestão em Portugal, em 1981, pela FEUNL, seguiu também o que se entendia ser a experiência norte-americana. Apelidado de MBA, e contando com o apoio da Warthon School da Universidade de Pennsylvania, este curso procurava estreitar o relacionamento com o tecido empresarial e o mercado de trabalho correspondente, contando com financiamento privado para atividades científicas da faculdade.

A FEUNL, adotando uma prática das universidades norte-americanas (Bowen, 1953: 54, 75), é também pioneira em Portugal, em 1984, na redução do tempo de duração da licenciatura em Economia para quatro anos.

No ISE, o primeiro curso de pós-graduação surge em 1979, o Mestrado em Métodos Matemáticos para Economia e Gestão de Empresas (Valério *et al.*, 2011: 115), uma área em que o ISE se distinguia (nomeadamente a Econometria e a Matemática), seguido do Mestrado em Economia em 1981.¹⁶ Francisco Pereira de Moura, o primeiro diretor deste mestrado, reconhecia, tal como Manuel Jacinto Nunes, a importância de se criar um ensino pós-graduado que transformasse a investigação.

¹⁶ O Mestrado em Organização e Gestão de Empresas foi criado em 1982 e o Mestrado em Política, Economia e Planeamento de Energia, em 1985.

O seu principal projeto foi modernizar o currículo e mudar o foco da investigação dos economistas portugueses. Isso exigia a liderança de uma faculdade grande e diversificada e a intensa participação democrática dos estudantes, com vista a um programa exigente de pós-graduação que fosse reconhecido como excelente a nível mundial. (Louçã, 1998: 364)

Este mestrado pretendia preparar para a carreira de investigação e de docência. Com efeito, o novo Estatuto da Carreira Docente Universitária e a necessidade de formação dos docentes determinava que 70% das vagas deste curso estivessem reservadas a docentes universitários (Oppenheimer e Romão, 1985: 34–35).

Ao contrário da FEUNL que baseou o desenvolvimento dos seus programas de pós-graduação na importação do modelo norte-americano, o ISE caracterizou-se por preservar uma certa identidade do seu ensino em articulação com a natureza particular do seu curso de licenciatura. Dividindo-se em três opções de especialização — Desenvolvimento Regional, Economia Internacional e Planeamento Económico —, mantinha um tronco comum composto pelas áreas de Teoria Económica, Métodos Quantitativos e Desenvolvimento Económico e Social, o que denotava uma orientação tendente a temáticas de desenvolvimento e de planeamento.¹⁷ É de sublinhar que o mestrado em Economia é criado num contexto de forte transformação da investigação no ISE, em que a obtenção do grau de doutor é incentivada, em particular no estrangeiro, e em parte suscitada por uma reação às características do projeto da FEUNL, de acordo com João Ferreira do Amaral.

[A] reação do ISE foi, aliás, interessante. Foi durante os anos 1980, finais de 1970: incentivar o doutoramento, incentivar a ida para universidades

¹⁷ Não foi possível consultar o programa que vigorou no ISE quando o mestrado foi criado. Como aproximação, refere-se a estrutura curricular do mestrado em 1985, que não diverge substancialmente da portaria que criou o mestrado em 1981. O 2º e 3º semestres desenvolviam-se por área de especialização com a seguinte estrutura curricular: Desenvolvimento Regional — Sistemas Regionais e Planeamento do Desenvolvimento Regional; Economia Internacional — Economia Internacional e Integração Económica; Planeamento Económico — Planeamento Económico e Avaliação de Projetos. Por último, restavam duas optativas, a escolher entre as disciplinas obrigatórias de outras áreas de especialização ou da seguinte lista: Metodologia da Política Económica; Economia Financeira; Economia Política Agrária; Experiências de Desenvolvimento em África; Modelos Económicos; Planeamento segundo as Necessidades Básicas; Política Económica Portuguesa; e Sistema Financeiro Internacional.

estrangeiras (não obrigatoriamente, mas isso era bem-visto). E, principalmente, uma mudança no sentido de dar prioridade à investigação, que nunca tinha sido dada até aí. E teve impacto. [...] Aí o Professor Moura também teve muita influência, porque convenceu os colegas da geração dele, e mais velhos, a seguir neste sentido. (JFA)

A pressão no sentido da realização do doutoramento no estrangeiro e da publicação associada à atividade de investigação foi decisiva para o enquadramento e o percurso que o ensino pós-graduado viria a ter no futuro, não só no ISEG (então ISE), mas de um modo geral na academia portuguesa.

As pessoas, por um lado, iam doutorar-se no estrangeiro — algumas, não direi a maior parte, mas uma parte importante —, por outro, o facto de se dar atenção à investigação obrigava as pessoas a escrever para revistas que aceitavam aquilo que elas escreviam. [...] [D]epois as coisas entram em cruzeiro, e então começa a ser normal haver doutoramentos, ir para o estrangeiro, publicar, começa a olhar[-se] para os *rankings*, começa a haver as unidades de investigação. Portanto, de facto o ISE tem um impulso a partir dessa data. (JFA)

A primeira edição do mestrado em Economia na FEP data de 1983/1984. A sua estrutura curricular pautava-se, à semelhança da FEUNL, pela definição de um núcleo: Microeconomia, Macroeconomia, Métodos Quantitativos, e Relações Económicas Internacionais.¹⁸ O escasso número de docentes com doutoramento determinou a necessidade de estabelecimento de parcerias com universidades estrangeiras para a mobilidade dos seus docentes, garantindo a lecionação no mestrado em Economia da FEP. Não obstante as dificuldades que se adivinhavam à organização deste curso, ele foi determinante para a fixação do ensino pós-graduado em Economia na FEP, constituindo-se como arquétipo de programas posteriores.

A insuficiência de professores doutorados e com experiência de investigação que pudessem assegurar trabalho de supervisão (orientação) dos

¹⁸ Não foi possível consultar o programa deste mestrado relativamente a 1983–84, mas, como aproximação, referem-se as áreas científicas mencionadas na portaria que cria o mestrado, datada de 3 de março de 1983: obrigatórias — Microeconomia, Macroeconomia, Métodos Quantitativos, e Relações Económicas Internacionais; optativas — Economia Pública e Financeira, Economia da Empresa, Economia Espacial e dos Recursos, e Economia do Desenvolvimento. Apesar da portaria indicar áreas optativas, Elvira Silva indica que «nessa altura não havia disciplinas de opção, tudo era obrigatório».

projetos de teses de doutoramento acabaria por levar alguns alunos e assistentes a prosseguirem o doutoramento no estrangeiro, nomeadamente nos EUA, como mostra António Brandão.

a obrigatoriedade dos doutoramentos [começou] a obrigar as pessoas — para cuja orientação não havia muitas vezes capacidade — a ir para os EUA. (AB)

A escolha dos EUA como destino de formação doutoral emergiu sobretudo de duas razões. Em primeiro lugar, um outro destino comum na época, a França, foi secundarizado enquanto escolha, pois a FEP não estava a reconhecer os doutoramentos com o título *Doctorat de Troisième Cycle*.¹⁹

As pessoas que tiraram esse tipo de doutoramento na altura não conseguiram o reconhecimento imediato em Portugal, e isso fez com que a influência anglo-saxónica fosse ainda mais forte, porque as pessoas tiravam doutoramentos em França e depois chegavam aqui e o doutoramento não era reconhecido. Portanto, foram abandonando. (AB)

Segundo, pela presença de um professor na faculdade, António Vasconcelos, doutorado na Universidade da Califórnia, em Berkeley, que impulsionou os doutoramentos nos EUA, nomeadamente na Universidade da Carolina do Sul. Após a conclusão do doutoramento, a maior parte regressou à FEP e, de acordo com António Brandão, «trazia a forma de trabalhar, as ideias e a organização que os americanos adotavam». Elvira Silva explica como se desenvolveu este processo.

Nós tínhamos aqui um professor, que era o Professor António Vasconcelos, ele tinha feito o doutoramento em Berkeley, tinha estado a dar aulas nos EUA cerca de 30 anos, e tinha relações, nomeadamente pessoais, com algumas instituições. Ele é que foi o grande impulsionador. A primeira leva foi exatamente essa geração do Professor José Costa, do Professor Abel Fernandes, do [Professor] Alberto Castro, do Professor Mendes Oliveira (na área da Econometria), do Professor Teixeira dos Santos. E a seguir a essa ainda houve mais uma leva para lá, na sequência. Eu, na altura, realmente fui *outlier* porque fui [para os EUA], mas não fui para [a Universidade da Carolina do Sul]. (ES)

¹⁹ Em França, existiam dois tipos de doutoramento, o mencionado *Doctorat de Troisième Cycle* e o *Doctorat d'État*. Comparativamente, o primeiro tinha uma duração significativamente mais curta.

Comparativamente, os programas de pós-graduação em Economia da FEP e da FEUNL caracterizavam-se por um núcleo de disciplinas de natureza mais próxima e, embora com uma grande diversidade temática, menos abrangentes do ponto de vista das abordagens e da multidisciplinariedade como era o do ISEG. No princípio dos anos 1990, após algumas reformulações, estes programas denotavam já uma maior semelhança entre si. Esta convergência é particularmente notória no caso do ISEG. Em 1990/1991, o mestrado em Economia no ISEG tinha uma estrutura curricular próxima da estrutura curricular do PDM em Economia da FEUNL. Veja-se, em particular, como as áreas ligadas ao Desenvolvimento e ao Planeamento deixaram de figurar no curso. Enquanto o ensino do Desenvolvimento permaneceu em outros mestrados de especialização que seriam criados posteriormente nessa década, o Planeamento foi excluído porque «desapareceu a nível público: a orgânica do planeamento começou a desfazer-se no final dos anos 1980», como nota João Ferreira do Amaral. O grupo das áreas de especialização reduzia-se a duas — Economia Monetária e Financeira, e Economia Internacional — e o corpo comum compunha-se das disciplinas que emergiam como núcleo: Microeconomia, Macroeconomia e Informática Aplicada à Estatística e à Econometria.²⁰ Na FEP, este núcleo sofre um encurtamento, passando a compor-se de Microeconomia, Macroeconomia e Métodos Quantitativos.²¹

Esta convergência parcelar deve-se a um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, a internacionalização do ensino e da investigação em Economia em Portugal num contexto de concorrência universitária, e, em segundo lugar, as circunstâncias de natureza político-económica nacional, que também tiveram efeitos no que se entendia dever ser a formação do economista. Em contraste com o que foi visto como um período contur-

²⁰ Em cada área de especialização, o plano incluía cinco disciplinas e um seminário. Por área de especialização, constavam: Economia Monetária e Financeira — Política Monetária, Economia Financeira, e Seminário de Economia Monetária e Financeira; Economia Internacional — Comércio Internacional, Estratégias Comerciais Europeias, e Seminário de Economia Internacional.

²¹ Não tendo sido igualmente possível consultar o programa de mestrado de Economia da FEP em 1990–91, referimos as áreas científicas mencionadas na portaria que altera o mestrado, datada de 21 de fevereiro de 1990. Após o núcleo mencionado, de caráter obrigatório, seguiam-se as seguintes áreas optativas: Economia Industrial e da Empresa, Economia Regional e do Desenvolvimento, Economia e Finanças Internacionais, Política Económica, Métodos Quantitativos Aplicados à Economia, Teoria Económica.

bado no pós-25 de Abril no ISE, a FEUNL foi construindo uma imagem de ensino moderno e atualizado de acordo com as práticas de universidades norte-americanas, aliado ao reconhecimento público e académico da formação que daí advinha. A criação de um novo tipo de entrosamento com o mercado de trabalho, tanto privado como público, permitiu-lhe atrair alunos e o conseqüente crescimento gradual da faculdade. Por sua vez, em consonância com a abertura da economia portuguesa e uma ascensão do liberalismo ao longo dos anos 1980, alguns docentes da FEUNL participaram neste processo de transformação a partir de uma coluna de jornal, “A Mão Invisível”, associando a imagem da faculdade. Deste modo, além das vertentes de ensino²² e de organização institucional, a FEUNL insere-se no panorama universitário português também numa vertente de orientação da doutrina e política económica. Estas diferenças, e a orientação científica distinta, são responsáveis pelo surgimento de uma oposição entre a FEUNL e o ISEG, conforme denota João Ferreira do Amaral.

O que penso que é indiscutível é que, tendo essa visão no início ou não tendo, acabou por ser assim. Houve, claramente, uma oposição entre Nova e ISEG (ou ISEG e Nova, conforme se queira). Foi uma altura em que a Nova tinha um conjunto de pessoas que não só faziam trabalho académico como também interviam nos jornais — “A Mão Invisível”, por exemplo, uma secção importante —, em que pugnavam pelo liberalismo, pela liberdade, etc. E, não sei se explicitamente ou se implicitamente, havia uma oposição ao ISEG, havia isso claramente. Tinha uma vantagem na altura, que hoje já não existe: é que grande parte dos doutorados eram doutorados em universidades estrangeiras, e isso em Portugal dá sempre uma certa superioridade, e apareciam sempre como os iluminados que vinham destruir a ignorância dos portugueses.

²² Relembrando os primeiros professores da faculdade, Luís Campos e Cunha recorda como se percecionava o panorama universitário português na Economia: «É preciso ver como é que era o mundo universitário, pelo menos na área da Economia, nos anos 1970. Essas pessoas de que eu estava a falar foram meus professores já. É tudo gente que chegou nos anos 1970–1973, 1975, 1977 — e chegou cá e viu uma universidade na área da Economia que era basicamente dominada — tirando a Católica — por um marxismo-leninismo, nalguns casos, aliás, bastante ortodoxo. O ISE nessa altura era de uma ortodoxia impensável! [...] Portanto, é evidente que estas pessoas, chegando doutoradas dos EUA, iam para a Católica. A Católica depois teve ali um problema de crescimento e não quis avançar, e resolveram fundar uma escola. E, portanto, juntaram-se sob a égide de Alfredo de Sousa, que na altura já era Professor Catedrático, e permitiu-se enfim lançar as bases do que era a Universidade Nova em geral e a Faculdade de Economia em particular.»

Eu penso que, basicamente, o facto de a Nova ter mais altas médias de entrada influenciou muito a mudança curricular aqui, e influenciou muito a política de doutoramentos. (JFA)

A importação do modelo norte-americano e o pioneirismo da FEUNL no contexto universitário português determinavam que o carácter distintivo da FEUNL fosse mais marcado no período correspondente ao final dos anos 1970 e à década de 1980.

Originalmente, havia o ISEG e havia a Nova, e claramente não faziam a mesma Economia. [...] Eu diria que [na FEUNL] era uma Economia mais “amiga” do mercado e menos da intervenção estatal ou da planificação. (ABR)

A projecção desta imagem da FEUNL de ser mais “amiga do mercado”, reforçada pelo crescente domínio das ideias neoliberais, e pela falência do planeamento, acabaria por produzir eco no ISEG:

Houve uma época em que a ética era a ética do mercado, e a Nova influenciou muito nesse sentido. Por imitação ou por necessidade, acabou por também se ver aqui. (JFA)

Nos anos 1980, e mesmos nos anos 1990, havia a percepção, e era uma percepção correta, de que na Nova — e até certo ponto na Católica, embora aí fosse menos vincada — éramos liberais, no sentido inglês do termo, éramos pró-mercado, pró-privatizações, coisas desse género. A partir do momento em que isso foi feito, tornou-se menos óbvio. (LCC)

Neste contexto, Luís Campos e Cunha explica a origem e o intuito da criação da coluna “A Mão Invisível”:

Estávamos num período em que estava tudo nacionalizado, [...] o relevante da economia portuguesa [...]: a energia, os bancos, os seguros. Portanto, a abertura da economia era um aspeto muito importante. Foi uma coisa pensada, achando que era útil do ponto de vista social haver uma coluna [“A Mão Invisível”], como o nome indica, mais virada para o mercado, mais virada para uma economia mais flexível e não estatal, a favor das privatizações, coisas desse género. Mas isso foi um bocadinho a consciência social de cada um. (LCC)

A alteração curricular no ISEG no início dos anos 1990 e a convergência com a oferta de ensino pós-graduado da FEUNL decorreram, para João

Ferreira do Amaral, do efeito da concorrência universitária e de uma preocupação crescente com a empregabilidade dos diplomados, que emergiram como fatores relevantes durante os anos 1980 e se prolongaram no tempo.

O curso do ISEG — ou do ISCEF, se quiser —, que era um curso tradicionalmente muito ligado à prática e à economia real, por influência um bocado da necessidade de reagir às outras escolas, e nomeadamente à Nova, derivou, de facto, em grande parte, também para o mesmo tipo: Mercados Financeiros, Fundamentos Microeconómicos da Macroeconomia — que é um disparate completo — e esse tipo de coisas. Inevitavelmente. Poderia ter sido de outra maneira? Se calhar não, porque depois os *rankings* baixavam muito, depois não havia capacidade para empregar as pessoas. É um problema complicado, o ajustamento dos *curricula* ao mercado de trabalho. [...].

A concorrência das universidades foi muito importante, nomeadamente da Nova, e foi isso que fez a evolução a partir dos anos 1980, a tal grande transformação política da escola nos anos 1980. E isso em grande parte é induzido não pela lei em si própria. Claro que a lei começou a prever mestrados, a lei da autonomia universitária, etc., mas não terá sido isso que impulsionou mais, impulsionou muito mais haver uma concorrência ao lado, de uma universidade com pessoas recentemente doutoradas, principalmente nos EUA, com uma grande capacidade de comunicação e de *marketing*, inegavelmente, e que entraram nos meios de comunicação social, e a percepção de que o ISEG estava a definhar porque passava a ser uma escola de segunda ou de terceira. E, portanto, isso foi muito mais importante do que propriamente uma questão institucional. (JFA)

A convergência da oferta formativa pós-graduada em Economia em Portugal caracterizou-se por um afinilamento gradual em torno das disciplinas que constituem o já referido núcleo e por um peso crescente da formalização matemática, que progressivamente vão excluindo outras áreas disciplinares que faziam parte da formação do economista até à segunda metade dos anos 1980. A convergência faz-se assim pela assimilação do modelo da FEUNL. Esta trajetória foi reforçada por mudanças ocorridas no quadro da política económica, que alteraram também a forma como as instituições operavam e contribuíram para a normalização do ensino pós-graduado em Economia e das competências que os alunos devem adquirir.

2. Da década de 1990 até ao Processo de Bolonha

O final dos anos 1980 e a década de 1990 caracterizaram-se por uma oferta crescente de mestrados na área científica da Economia nas várias universidades portuguesas.²³ A oferta destes mestrados incluía, além do mestrado em Economia, mestrados de especialização com uma natureza profissionalizante e menos focada na investigação. A natureza mais abrangente destes mestrados decorreu em simultâneo com um afunilamento crescente do mestrado em Economia, que se reforçou como o curso que tem como objetivo preparar os diplomados para a carreira de investigação em Economia.

À consolidação da sua oferta formativa, ao longo dos anos 1980, a FEUNL prosseguiu nos anos 1990 com o projeto de internacionalização. Surgiram os primeiros cursos em inglês, proporcionados pela adesão a programas de mobilidade estudantil como o SOCRATES/ERASMUS, que envolveram parcerias e outras formas de cooperação.²⁴ A FEUNL foi pioneira na obtenção de acreditações, nomeadamente da EFMD e da AMBA,²⁵

²³ Na FEUC, Mestrado em Economia Europeia (1989), Mestrado em Economia (1995), Mestrado em Economia e Estratégia Industrial (1999), Mestrado em Governação, Conhecimento e Inovação (2005); na Universidade de Évora, Mestrado de Economia Agrária (1987), Mestrado em Economia (1996) e Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus (2003); na Universidade do Algarve, Mestrado em Ciências Económicas e Empresarias (1993, em parceria com o ISEG), Mestrado em Economia Regional e Desenvolvimento Local (2001); na Universidade do Minho, Mestrado em Comércio Internacional, Mestrado em Economia Industrial e da Empresa, Mestrado em Estudos Económicos e Sociais, Mestrado em Política Económica (todos criados em 1994) e Mestrado em Economia (2001); na Universidade da Beira Interior, Mestrado em Economia (1997); na Universidade de Aveiro, Mestrado em Economia da Empresa (2001); na UTAD, Mestrado em Desenvolvimento Local — Territórios, Sociedade e Cidadania (2003) (nesta área, a UTAD criou o Mestrado em Extensão e Desenvolvimento Rural em 1988, ao qual se seguiu o Mestrado em Instrumentos e Técnicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural e o Mestrado Internacional em Gestão do Desenvolvimento Rural) e Mestrado em Economia das Organizações (2004); na Universidade Católica (Porto), Mestrado em Economia (2004); no ISCTE, Mestrado em Economia e Políticas Públicas, e Mestrado em Economia Social e Solidária (ambos em 2005).

²⁴ Por exemplo, o PDM possibilitava a realização do doutoramento conjunto “Quantitative Economics Doctorate” a partir de 1996/1997, de que faziam parte as universidades de Alicante, Bielefeld, Copenhaga, Viena e Veneza, esta a partir de 1997/1998 (Guias da FEUNL entre 1996/1997 e 2002/2003).

²⁵ «As duas primeiras acreditações que uma faculdade de Economia teve — na área da Gestão, neste caso — foram as da EFMD (European Foundation for Management Development) e da AMBA (Association of MBAs), que é a inglesa, a outra é europeia. A europeia era difícil porque não era na nossa tradição» (LCC).

que lhe permitiram ganhar visibilidade internacional. Por sua vez, a implementação de uma regra que procurou evitar a endogamia diversificou o padrão de internacionalização do corpo docente. Enquanto no princípio os docentes contratados eram sobretudo doutorados nos EUA, depois variou, num processo facilitado pela crescente internacionalização do sistema de ensino português. Nesta década, é de salientar ainda a crescente importância da área da Gestão, com a abertura de vários cursos nesta área oferecidos nas várias faculdades, a par da diminuição do peso da Economia, uma realidade que se vem acentuando até aos dias de hoje, como denota Luís Campos e Cunha.

Cada vez mais isto é uma escola de Gestão, é uma *Business School* com um programa também de Economia. E isso mudou muito, é uma coisa que tem 20 anos. (LCC)

A FEUNL criou o Mestrado em Economia Aplicada, em 1990/1991,²⁶ com o objetivo de oferecer uma formação avançada que possibilitasse «o desenvolvimento da capacidade de identificação, análise e resolução de problemas económicos aplicados». O seu surgimento visava um novo perfil de formação do economista,²⁷ híbrido das áreas da Economia e da Gestão.

No ISEG, em resultado da redução do tempo de licenciatura de cinco para quatro anos, em 1992 (Valério *et al.*, 2011: 135), justificada pelo objetivo de ter um curso de licenciatura equiparado na sua dimensão temporal à oferta da FEUNL,²⁸ criou-se espaço para a abertura de formações especializadas de pós-graduação.²⁹ Esta vaga de mestrados, de natureza mais

²⁶ *Guia da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1990/1991.*

²⁷ «Dada a necessidade, em Portugal, de uma próxima geração de gestores qualificados tanto em Economia como em Gestão, que terão um papel decisivo no futuro, a Nova introduzirá o Mestrado em Economia Aplicada em 1990» (FEUNL, Guia de apresentação da faculdade, 1990; tradução nossa do original em inglês).

²⁸ «A redução do curso de cinco para quatro anos, penso que também não foi uma indução institucional, legal, etc., foi a perceção [da concorrência], e isso foi uma grande diferença em relação ao meu tempo de estudante. [...] Não tem nada que ver com o ambiente de finais dos anos 1970, com o aparecimento em cheio da Nova. Foi isso que fez mudar tudo, muito mais do que outra coisa» (JFA).

²⁹ Mestrado em Economia e Política Social, Mestrado em Economia e Gestão de Ciência e Tecnologia (mais tarde Mestrado em Economia e Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação), Mestrado em Economia Monetária e Financeira, Mestrado em História Económica e Social, Mestrado em Economia Internacional, Mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais da

profissionalizante, distingue-se da primeira vaga, em que surge o mestrado em Economia, que tinha uma vocação mais académica. Entre os mestrados criados, o Mestrado em Economia Monetária e Financeira, impulsionado por Vítor Constâncio, foi um dos mais bem-sucedidos, designadamente na empregabilidade dos seus diplomados, beneficiando de um contexto de expansão dos mercados financeiros.

O mestrado em Economia na FEUC foi criado em 1995,³⁰ e manteve essencialmente a mesma estrutura até à atualidade, com um núcleo relativamente reduzido, complementado por quatro áreas de especialização, caracterizando-se por uma grande diversidade de opções a nível temático quando comparado com outros mestrados. Em vez de criar vários mestrados, a FEUC optou por ter um mestrado com várias vertentes de especialização, o que por si só explica a maior diversidade. A opção por ter áreas de especialização reflete uma preocupação com o mercado de trabalho, conforme é referido por Adelino Fortunato.

O mestrado de Economia procura manter a ideia de opções, no sentido de especializações, e tem teoricamente cinco especializações, [...] mas predominantemente têm funcionado três: uma é Economia Financeira, outra é Economia Industrial, e outra é Crescimento. São as que têm mais procura, e sobretudo as duas primeiras, Financeira e Industrial, o que não é por acaso, são as opções do mercado de trabalho. [...] Sendo um mestrado de continuidade da licenciatura, é necessariamente um mestrado de aprofundamento de conhecimentos básicos, mas procura articular, conciliar a ideia também de alguma autonomia para a especialização, e daí a existência das especialidades. Portanto, a nossa ideia foi sempre articular o aprofundamento de uma formação básica com a possibilidade de especializar. Esta é a nossa identidade. Claro que esta identidade podia ser conseguida de outra maneira, podia ser conseguida também por intermédio da criação de mestrados autónomos. Não seguimos esse caminho. (AF)

Atividade Económica (mais tarde Mestrado de Sociologia Económica e das Organizações), Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Mestrado em Ciências Económicas e Empresarias (em parceria com a Universidade do Algarve), Mestrado em Economia e Gestão do Território, Mestrado em Economia e Estudos Europeus, Mestrado em Econometria Aplicada e Previsão, e Mestrado em Matemática Financeira.

³⁰ Na mesma área científica, este mestrado foi precedido anteriormente pelo Mestrado em Economia Europeia, criado em 1989. Após a criação do Mestrado em Economia, a área de Economia Europeia foi incluída como uma das áreas de especialização.

A conceção do curso emergiu de uma procura de consenso entre os interesses dos docentes e a necessidade de corresponder à oferta canónica, mais do que a adoção de um qualquer modelo.

Aqui houve um debate entre nós e foi o consenso a que se chegou, mas não propriamente um modelo, porque este tipo de mestrado não era muito seguido pelas universidades de referência. Apesar de tudo, a Universidade de Coimbra é uma universidade com algum peso. Foi uma coisa encontrada por nós, foi [um] consenso encontrado por nós, é mais isso do que outra coisa. (AF)

Com a chegada da primeira geração de doutorados vindos dos EUA, a FEP reestruturou o ensino pós-graduado. Seguindo uma inspiração idêntica à da FEUNL, em 1998 foi criado o segundo programa de doutoramento em Economia a nível nacional. O programa de mestrado, de forma semelhante, passou a estar inserido no programa de doutoramento.³¹ De acordo com António Brandão, um dos fundadores e diretor do programa durante alguns anos, este foi objeto de algumas resistências no interior da Universidade do Porto.

[O] surgimento do programa doutoral teve algumas resistências na universidade. As pessoas achavam que não era preciso ter um programa doutoral para haver doutoramentos, e nós fomos os primeiros a avançar com um programa doutoral aqui na Universidade do Porto. Nas outras faculdades [diziam]: «Mas para que é que é preciso um curso?». A maior parte delas reagiram relativamente mal e, mesmo na Faculdade de Economia, havia pessoas que achavam que para fazer o doutoramento não era preciso para nada um programa, e diziam: «Ah, isso é uma espécie de fábrica de doutoramentos». Mas tivemos uma maioria substancial da faculdade que esteve de acordo em avançarmos e correu bem. (AB)

O principal objetivo era melhorar a qualidade das teses, e, simultaneamente, proporcionar aos alunos uma formação mais avançada com a parte curricular. A melhoria da qualidade das teses consubstanciava-se na ideia

³¹ «Nessa altura, os dois primeiros semestres, que correspondia[m] à parte curricular do mestrado em Economia, estava[m] integrado[s] no doutoramento, no sentido que correspondia[m] aos dois primeiros semestres do programa de doutoramento» (ES).

de as aproximar ao formato de um conjunto de três artigos, idealmente publicáveis. Os objetivos deste programa estavam assim muito próximos daqueles que a FEUNL procurou atingir com a adoção do modelo norte-americano.

Nós começámos a aperceber-nos que o facto de haver uma espécie de um curso de aprofundamento de noções de Economia, de Econometria, etc., fazia com que as teses tivessem uma qualidade muito superior e, portanto, lançámos o programa de doutoramento com uma parte escolar, seguindo também o modelo anglo-saxónico, convictos de que isso faria melhorar bastante a qualidade das teses e dos *outputs*. E acho que assim se conseguiu. Também mudámos completamente o formato das teses, porque, anteriormente, as teses — por exemplo a tese que eu fiz e outras pessoas faziam — eram sobre um tema e nós íamos por ali fora. Mudámos completamente isso e as teses passaram a ser constituídas por três *papers*, com um formato já de publicação. Portanto, o aluno defendia a tese ou antes da defesa da tese já estava a tentar publicar os *papers* da tese. E isso foi bastante bem-sucedido. O aumento das publicações foi muito, muito grande. (AB)

Esta ênfase na publicação teve impacto na própria natureza do trabalho de investigação e na sua organização na FEP.

Isso foi uma mudança completa da visão do programa, isto é, orientar todo o programa para permitir publicações. Eu acho que isso foi uma mudança radical, não só do programa, mas da própria FEP, porque refletiu-se imediatamente na forma de trabalhar, a forma científica de trabalhar na FEP, [...] e essa visão de que o programa era uma espécie de motor para gerar investigação — investigação a sério que levasse à publicação — foi uma mudança muito significativa. (AB)

Além do núcleo formado pelas unidades curriculares de Microeconomia, Macroeconomia e Econometria, este programa de doutoramento distingue-se pela inclusão da disciplina de História do Pensamento Económico, lecionada desde então por Roger Backhouse.

Do ponto de vista estrutural nós procurámos os exemplos nas melhores universidades do mundo para construir um programa. Claro que, como a maior parte eram doutorados dos EUA, o nosso programa reflete muito a estrutura de um programa de doutoramento americano. [...] Agora, por exem-

plo, a maior parte dos programas não tem História do Pensamento Económico. Nós não seguimos cegamente. (ES)

De acordo com António Brandão, a inclusão desta cadeira é muito importante para o programa:

[É] uma área muito importante do ponto de vista de um olhar sobre a Economia como um todo, sobre a história do pensamento económico, e, portanto, permite clarificar muitos debates que temos hoje em dia, que muitas vezes já existiram há muitos anos, mas as pessoas não os revisitam, falam deles como se fossem novos. (AB)

Acompanhando a reforma da licenciatura que decorreu na FEUNL e no ISEG, a licenciatura reduziu-se para quatro anos na FEUC em 2003/2004,³² e em 2004/2005 na FEP.

No virar do século, o ISEG alterou o formato do doutoramento. Embora apelidando-o de Programa de Doutoramento em Economia (PDE), este era bastante diferente dos programas criados na FEUNL e na FEP. Estruturando-se igualmente em torno de atividades letivas, seminários de investigação e tese, as atividades letivas não tinham um carácter necessariamente obrigatório. O Conselho Científico deliberava sobre a necessidade dos doutorandos frequentarem algumas disciplinas, nomeadamente dos mestrados, em função da sua formação anterior, e os que cumprissem os requisitos estavam dispensados de tal formação. Para os que dela necessitassem, a formação dividia-se por trimestres, o primeiro, dedicado a disciplinas de Microeconomia, Macroeconomia e Econometria, e, nos 2º e 3º trimestres, por decisão do júri de admissão ou do orientador, o aluno poderia ter de frequentar disciplinas que se revelassem essenciais para a prossecução da elaboração da tese. O carácter distintivo desta formação incidia na frequência destas disciplinas que pretendiam focar o trabalho do estudante nas temáticas da dissertação, em detrimento de um tempo letivo que se dedicaria a matérias de natureza generalista.

Na FEUC, em 2005, foi criado o programa de Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação, consagrando a escolha entre dois perfis — “Conhecimento e Inovação” ou “Impactos Sociais da Ciência e da

³² Despacho nº 10690/2003 dos Serviços Académicos da Universidade de Coimbra. Disponível em <<https://dre.pt/application/file/700485>>.

Tecnologia” — que conduzem à atribuição do grau de doutor em Economia ou Sociologia. Este programa veio oferecer uma estrutura curricular e uma orientação diferentes dos programas de doutoramento em Economia atrás mencionados. Centrando-se numa perspectiva interdisciplinar, o programa seguia

propósitos de aprofundamento conceptual e analítico sobre as sociedades contemporâneas, as instituições, os atores, as políticas e os processos relacionais que lhes dão conteúdo e especificidade, quer histórica, quer geográfica, quer política. Pretende-se, deste modo, atingir uma consciência teórica e uma capacidade analítica elevadas para estudar e compreender as sociedades contemporâneas, as políticas e os seus processos institucionais de governação e inovação.³³

3. Desde o Processo de Bolonha

A redução do número de anos da licenciatura resultou no desaparecimento de muitas disciplinas, em geral as de natureza mais temática, do curso de licenciatura. Com este desaparecimento, as disciplinas das áreas da microeconomia, macroeconomia, métodos quantitativos ou econometria, entendidas como constituindo o núcleo central de disciplinas, reforçam o seu protagonismo e acentua-se o carácter repetitivo deste núcleo de disciplinas nos vários graus de ensino superior. Perante esta mudança, a possibilidade de inclusão de outras abordagens e temáticas é prejudicada. Na maior parte dos casos, a duração dos mestrados manteve-se nos dois anos.

O Processo de Bolonha, juntamente com o surgimento da A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior),³⁴ estabeleceu a recomendação de um programa letivo distinto em cada grau, inibindo a

³³ Brochura de apresentação do programa, 2005.

³⁴ A A3ES foi instituída em 2007, no âmbito do Processo de Bolonha, com o objetivo de garantir a qualidade do ensino superior em Portugal, nomeadamente a partir da acreditação e avaliação dos ciclos de estudo e das instituições. Entre estas funções, destaca-se ainda a promoção da internacionalização do sistema de ensino superior português. Iniciando funções em 2009, a prioridade incidiu na «acreditação prévia dos novos ciclos de estudos e sobre a acreditação preliminar de ciclos de estudos em funcionamento, ficando para segunda fase a implementação dos sistemas internos de garantia da qualidade (até ao termo do ano lectivo 2010/2011) e o lançamento de um sistema de promoção da qualidade a funcionar com regularidade (a partir do termo do ano lectivo 2010/2011)», pretendendo-se que este sistema entrasse em funcionamento pleno no ano de 2011/2012 (A3ES, 2009: 4, 6).

possibilidade de articulação entre os programas de mestrado e de doutoramento, e contribuiu de forma muito importante para a aproximação da oferta estrutural das várias faculdades. O Processo de Bolonha reforçou ainda a internacionalização ao permitir uma «maior paridade e semelhança com os programas europeus», como refere Luís Campos e Cunha. A ênfase na internacionalização conduziu a que a maior parte dos programas sejam hoje oferecidos em inglês, não só por se tratar da língua mais utilizada na produção científica na área da Economia, mas por se entender que reforça a abertura internacional dos programas.

Ecoando o estudo de Baccini e Marcuzzo (2009), apesar de uma maior orientação para a empregabilidade com o Processo de Bolonha, o doutoramento em Economia mantém como principais saídas laborais a docência, a investigação e funções em instituições governamentais, nacionais ou internacionais, e não tanto em empresas. No mestrado, as saídas profissionais têm sido principalmente empresas, essencialmente consultoria, instituições financeiras, ou, como no doutoramento, instituições governamentais, procurando-se um equilíbrio na formação entre estas três saídas.

Com o Processo de Bolonha assistiu-se à reformulação dos programas pós-graduados, em particular, a vulgarização do modelo *master of science* no caso do mestrado,³⁵ e de um programa curricular no caso do doutoramento.

³⁵ Com a introdução do Processo de Bolonha, foram criados novos mestrados em Economia, nas faculdades onde este ainda não existia, e criaram-se inúmeros mestrados em áreas temáticas desta área científica, dos quais se dá nota na seguinte lista: na FEP, Mestrado em Economia e Gestão das Cidades (2006), Mestrado em Economia e Gestão Internacional (2006), Mestrado em Economia e Administração de Empresas, Mestrado em Economia e Gestão da Inovação, Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente, e Mestrado em Economia e Gestão de Recursos Humanos (estes quatro em 2008); no ISCTE, Mestrado em Economia Monetária e Financeira (2007), Mestrado em Economia da Empresa e da Concorrência (2007), Mestrado em Economia Portuguesa e Integração Internacional (2007) e Mestrado em Economia (2008); na FEUC, Mestrado em Economia Local (2007); na Universidade de Évora, Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas (2010), Mestrado em Economia Monetária e Financeira (2010) e Mestrado em Políticas Públicas e Projetos (2011); na Universidade do Minho, Mestrado em Economia e Política das Telecomunicações, Mestrado em Economia e Política do Ambiente, Mestrado em Economia Social, Mestrado em Economia, Mercados e Políticas Públicas, Mestrado em Economia e Política da Saúde, Mestrado em Matemática Económica e Financeira (2007), Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira (2009) e Mestrado em Investigação em Economia (2011); na Universidade do Algarve, Mestrado em Economia (2007), Mestrado em Economia da Inovação e Empreendedorismo (2007), Mestrado em Economia do Turismo e Desenvolvimento Regional (2011) e Mestrado em Economia

Por exemplo, na FEUNL, desfez-se o antigo PDM e foi criado, paralelamente ao *master of science*, um mestrado específico para quem prosseguia estudos doutorais, apelidado de Mestrado em Investigação em Economia, inspirado num tipo de mestrado existente no Reino Unido, o *master of research*. Após a realização deste mestrado, seguiam-se exames gerais de acesso ao programa de doutoramento, cuja parte letiva incluía apenas algumas disciplinas de especialização. Este programa durou três anos, seguindo-se o modelo adotado nas restantes faculdades, composto pelo mestrado de Bolonha e um programa de doutoramento autónomo, sendo atualmente partilhado com o programa de Finanças. Tanto a FEUC como o ISEG criaram programas de doutoramento em Economia neste enquadramento. Na FEUC, o programa, criado em 2006, seguia a tendência existente de criação de cursos de doutoramento com o objetivo de aprofundar a formação dos alunos, para que estes dominassem os conceitos e as metodologias presentes na literatura, conforme refere Pedro Bação, um dos diretores do programa.

Só queremos que os alunos, cada vez que leem um texto de Economia, reconheçam os conceitos que lá estão. É só isso que nos interessa. Portanto, o importante desse primeiro ano é garantir que eles aprenderam a gramática. Agora, se querem usar a gramática daquela forma ou usar a gramática de outra forma, isso depois é com eles e com o orientador, e com aquilo que eles estiverem a estudar em cada momento. (PB)

Mais tarde, foi reformulado num projeto conjunto de parceria com a Universidade do Minho, que não tinha programa curricular de doutoramento. A ideia de parceria partiu da experiência comum de dois colegas de doutoramento, Pedro Bação e Fernando Alexandre, no Birkbeck College,³⁶ e o programa que aí frequentaram serviu de modelo para a sua conceção,

Financeira (2015); na Universidade dos Açores, Mestrado em Ciências Económicas (2006); na UTAD, Mestrado em Ciências Económicas e Empresarias (2008); na Universidade de Aveiro, Mestrado em Economia (2007); na Universidade da Madeira, Mestrado em Economia (2007); na Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), Mestrado em Economia (2006); na Universidade Católica Portuguesa (Porto), Mestrado em Economia Social (2009) e Mestrado em Integração Económica (2010).

³⁶ «O doutoramento [em Birkbeck] era em conjunto com a UCL, o que, aliás, foi outra ideia que esteve na base do doutoramento conjunto entre Coimbra e o Minho, foi replicar essa experiência da UCL com o Birkbeck» (PB).

também com o objetivo de atingir uma procura maior. A principal diferença deste programa em relação ao anterior resumia-se à inclusão de dois semestres adicionais: um com o objetivo de dar formação especializada em temáticas que se relacionassem com a tese, procurando acompanhar o trabalho de cada doutorando no desenvolvimento da dissertação,³⁷ o outro para aumentar a parte dedicada à tese.

Trazíamos a nossa experiência lá de fora, naturalmente, mas depois fizemos cá a comparação direta com os [programas] que cá havia (pelo menos aqueles de que tínhamos conhecimento, conseguimos obter essa informação): na FEP, na Nova, no ISEG. E, na altura, se bem me lembro, fizemos algo que não fugia quase nada àquilo que era o habitual nesses programas. (PB)

No ISEG, o mestrado em Economia tem a mesma estrutura curricular desde 2009, mantendo a mesma orientação da versão anterior. O programa de doutoramento foi reformulado no ano seguinte, e é igualmente entendido como um prolongamento avançado do mestrado, assistindo-se por isso a uma grande semelhança disciplinar.³⁸ As referências internacionais do programa centraram-se mais a nível europeu, mas sempre de acordo com o padrão internacional. O objetivo deste *benchmarking* fundou-se na preocupação de que os alunos obtivessem competências que fossem reconhecidas a nível internacional.³⁹ Miguel St. Aubyn indica que o programa foi criado mais tarde do que na FEUNL ou na FEP porque existia uma tradição forte do regime tutorial, mas que foi necessário reformular para o aproximar de um tipo de investigação que tem como referência a publicação.

A ideia foi precisamente tentar fazer algo que fosse mais ligado à investigação, mais internacionalizado, mais próximo da publicação em boas revistas,

³⁷ «[N]o segundo ano, dirigi-los mais, ter uma atitude mais proativa na direção do que vai ser depois o trabalho, através das cadeiras vocacionadas para os temas que eles depois vão desenvolver» (PB).

³⁸ «No ISEG, se formos do mestrado em Economia para o doutoramento em Economia, é um bocado mais do mesmo, mas mais aprofundado. É um desenvolvimento, uma sequência» (MSA).

³⁹ «Existe a ideia de que devemos fazer como as melhores práticas internacionais, interpretando essas práticas, enfim, à nossa maneira (claramente, como não poderá deixar de ser). Mas, de facto, é tentar que um tipo [que] faça ali o programa de doutoramento não fique a dever nada a um [outro]. Talvez, no caso do ISEG, seja mais europeu» (MSA).

e, portanto, que estivesse ao nível internacional, e isso implicava que fosse uma coisa pós-mestrado. Foi essa a nossa ideia. (MSA)

No ISCTE, o mestrado e o doutoramento foram criados pouco depois do Processo de Bolonha. Catarina Roseta Palma, anterior diretora do mestrado, afirma que este procurava distanciar-se da ideia de ser o correspondente ao último ano da licenciatura, mas antes um regresso ao núcleo fundamental da teoria económica.⁴⁰

Têm que fazer outra vez a Microeconomia, a Macroeconomia, a Econometria, obrigatoriamente. E isto no sentido também de, se eles depois seguirem para um programa doutoral, terem uma boa base que lhes permitirá fazer o trabalho futuro. Não podemos fazer uma coisa só para quem segue para programa doutoral, porque também não temos assim tantos alunos que o queiram. (CRP)

A inspiração no caso do ISCTE foi o mestrado inglês, assim como referências que se procuraram a nível europeu⁴¹ e nacional, principalmente na FEUNL e no ISEG. Devido à sua identidade, e procurando distinguir-se dos restantes mestrados na área da Economia da própria faculdade, por se entender que estes estão mais orientados para o mercado nacional, não existe qualquer interligação, como, por exemplo, por via da escolha mútua de disciplinas.

Este mestrado em Economia tinha que ser distintivo. E não queríamos fazer dum Mestrado em Economia o saco onde entram os outros mestrados de especialização. Não era esse o objetivo, até porque os outros continuam a ser em português, porque são mais virados para o mercado nacional, pessoas que querem ter mais uma especialização e depois continuam a trabalhar. E o mestrado em Economia, não, era mesmo generalista e para seguir

⁴⁰ «O nosso objetivo principal [no mestrado] é dar uma formação base forte a um nível avançado, ou seja, cobrir as áreas que são as áreas *core* a um nível avançado» (CRP).

⁴¹ Em algumas universidades de países como Inglaterra, França, Espanha, entre outros. Nos EUA, não, por o sistema aí ser diferente. «[Em Inglaterra] vimos três ou quatro: Warwick, Oxford, Cambridge; em França vimos Toulouse, Paris (a X, provavelmente); em Espanha a Pompeu Fabra, a Autònoma. Eu acho que também Oslo, Bergen, outras na Suécia, ou seja, também no Norte. Na Holanda também creio que sim, não me lembro que universidades. Ou seja, [...] fizemos esse estudo [em] 2006, 2007, antes de prepararmos o programa que depois abriu em 2008» (CRP).

eventualmente para estudos mais avançados ou para trabalho avançado enquanto economista, e não numa área muito especializada. (CRP)

Antes de Bolonha, o ISCTE atribuía o grau de doutor em Economia sem programa curricular. A primeira versão, surgida em 2007, já foi concebida «de acordo com o modelo de Bolonha».⁴² O programa compunha-se de três anos letivos, o primeiro ano incluía quatro unidades curriculares de formação complementar, a escolher pelo aluno⁴³ entre os mestrados oferecidos no ISCTE ou de outras universidades (duas, obrigatoriamente, da área científica da Economia) e dois seminários (Seminário I — Metodologia e Técnicas de Investigação em Economia; e Seminário II — Seminário de Projeto). O seminário de técnicas de investigação era distintivo relativamente a todos os outros programas de doutoramento, que não incluíam metodologias de investigação nos planos curriculares. Este programa de doutoramento assemelhava-se ao que foi criado no ISEG em 2000, e surgiu na sequência dos primeiros mestrados na área da Economia criados no ISCTE — Economia e Políticas Públicas, Economia Social e Solidária, e Economia Monetária e Financeira — antes da redução da duração da licenciatura para três anos em 2006/2007.⁴⁴ Como alguns alunos destes mestrados começaram a manifestar a vontade de realizar um doutoramento diferente, criou-se este programa, que mantinha uma abertura a uma grande variedade de formações na licenciatura. Os licenciados em Economia poderiam escolher cadeiras que estivessem de acordo com os seus interesses, tanto no ISCTE como noutras faculdades, inclusive em regime de leituras dirigidas. A parte curricular procurava enquadrar o aluno no que faz parte da ciência económica, mas a ideia não era «considerar isso necessário para fazer o doutoramento», conforme indica Helena Lopes, que foi fundadora e diretora deste programa. Sem se pautar por

⁴² <<https://arquivo.pt/wayback/20070609234200/http://iscte.pt/doutoramento.jsp?curso=57>>.

⁴³ «Os candidatos que pretendem frequentar o curso e que não possuam a licenciatura em Economia devem ter tido, nos respectivos cursos de licenciatura e mestrado, a aprovação em pelo menos três cadeiras semestrais ou equivalentes na área de Economia, designadamente em Macro/Microeconomia, e preparação adequada em Métodos Quantitativos. Nestes casos, a Comissão Científica pode propor ao candidato uma formação complementar inicial, mediante a frequência de disciplinas específicas» <<https://arquivo.pt/wayback/20070504223502/http://de.de.iscte.pt/>>.

⁴⁴ <https://arquivo.pt/wayback/20061013185700/http://de.iscte.pt/novo_plano_estudos.htm>.

referências internacionais, este resultava de um equilíbrio entre o que se poderia oferecer e o que já existia no ISCTE, dada a procura relativamente pequena e a pretensão de corresponder à ideia de um programa de doutoramento plural.⁴⁵

A ideia era dar a possibilidade de fazer um doutoramento em Economia que não entrasse no esquema já existente. Era uma alternativa. Eu sempre tive a ideia do pluralismo verdadeiramente plural. Portanto, não era excluir ninguém. (HL)

Este programa foi alterado em 2011/12, passando a ser oferecido em inglês (tal como o mestrado). O primeiro ano era comum ao do Mestrado em Economia, adicionando-se depois um seminário (Seminário de Investigação em Economia⁴⁶) e obrigatoriamente uma das disciplinas optativas. Nesta nova versão, Sofia Vale, diretora do programa, refere que a «ideia era orientá-lo mais para a *core*», num «modelo à americana, com o primeiro ano de mestrado». Na sequência dos resultados da avaliação da A3ES,⁴⁷ o programa foi modificado, em 2016/2017, aproximando-se dos doutoramentos oferecidos nas restantes faculdades. A duração do programa foi aumentada para quatro anos, constituindo-se por um plano de estudos com disciplinas obrigatórias, sobretudo nas áreas da Microeconomia, Macroeconomia e Econometria, e funcionando em conjunto com o doutoramento em Finanças,⁴⁸ tendo em atenção a reduzida dimensão

⁴⁵ Não foram tidos em conta programas de outras faculdades como referência «porque havia muito constrangimento relativamente às cadeiras. Nós sabíamos *a priori* que não podíamos oferecer cadeiras obrigatórias porque não atingiríamos o mínimo de 10 [alunos], que era o requisito. Portanto, não houve muita necessidade de procurar isso» (HL).

⁴⁶ «Escolher (pelo menos) uma das seguintes opções: Seminário de Investigação em Macroeconomia, Seminário de Investigação em Microeconomia, Seminário de Investigação em Econometria ou Seminário de Investigação em Economia Política» (tradução nossa) <<https://arquivo.pt/wayback/20120125170837/http://www.ibs.iscte.pt/en/?pt=phd-economics>>.

⁴⁷ A acreditação e a avaliação, obedecendo a várias normas regulamentares, são elaboradas por peritos selecionados pela própria A3ES na comunidade científica da área disciplinar correspondente, constituindo uma Comissão de Avaliação Externa. A acreditação estipula um prazo até ao procedimento de acreditação seguinte, cinco ou seis anos, no decorrer do qual a solicitação de alterações é morosa, o que pode constituir um incentivo para a permanência dos programas.

⁴⁸ Econometria Avançada I, Matemática e Métodos Numéricos para Economia e Finanças I, Tópicos Avançados em Macroeconomia I, Tópicos Avançados em Microeconomia I,

da procura. A orientação para o núcleo fundamental já estava presente no plano anterior, mas foram de facto as recomendações produzidas pela A3ES que suscitaram a iniciativa da direcção do programa doutoral em avançar com uma reformulação.⁴⁹

As cadeiras complementares, na verdade, não faziam um ano curricular de doutoramento e, portanto, com a A3ES empurrámos todo o programa para ser aquilo que seria um programa *standard* a nível nacional e a nível internacional. (SV)

Joaquim Ramalho, anterior diretor do programa, comparando com o que existe em Évora em parceria com a UBI, do qual também foi diretor, indica que ambos se encontram de acordo com as recomendações da avaliação da A3ES, pois «a lógica que está implementada nos dois é [a de] um doutoramento clássico: Macroeconomia, Microeconomia e Econometria, na parte [das] cadeiras obrigatórias». Dada a convergência com os restantes programas pós-graduados, Sofia Vale crê que a licenciatura será neste momento o curso «mais aberto, menos restrito ao *core*, àquilo que é o *mainstream*» e que o «mestrado já é muito mais *mainstream*, e o doutoramento ainda mais».⁵⁰

Econometria Avançada II, *Asset Pricing*, Matemática e Métodos Numéricos para Economia e Finanças II, Seminário de Investigação em Economia I, Tópicos Avançados em Microeconomia II, Projecto de Tese em Economia, Seminário de Investigação em Economia II, Tópicos Avançados em Macroeconomia II, Optativa I, Optativa II (tradução nossa, a designação das cadeiras/unidades curriculares do programa está em inglês no original) <<https://arquivo.pt/wayback/20161101085821/http://bru-unide.iscte-iul.pt/?pt=doctoralEconomics>>.

⁴⁹ «Nós é que nos chegámos com o formato que achávamos que a A3ES gostaria, para ser aprovado, e eles disseram que sim, e depois é que tratámos da parceria com Finanças. Eles não disseram nada, mas a forma como nós apresentámos garantiu que estava tudo ok. [Antes da A3ES] tínhamos era para a AACSB e outras» (SV). «Fora já tinha sido feito várias vezes, e creio que na altura olhámos para cá porque existia a A3ES. Mas, evidentemente, a London School of Economics, ou a Paris School of Economics, o MIT. [...] [E]u diria que é mais europeu porque de facto é um terceiro ciclo, insere-se dentro de Bolonha, é pressionado pela A3ES e a grande inspiração foi interna» (SV).

⁵⁰ «O ISCTE sempre teve uma licenciatura um bocadinho diferente dos outros, mas havia divergência de opiniões em termos internos sobre aquilo que devia ser a licenciatura. Portanto, uma coisa é a identidade que ele acaba por ter, e outra coisa é o facto de isso ser discutido e de o final ser um compromisso» (HL). Sofia Vale resume esta transformação do programa de doutoramento ao longo do tempo, em que, no primeiro, «uma pessoa que viesse de Economia provavelmente ficaria liberta, faria só os seminários. Depois, o segundo programa é o tal programa do mestrado mais as cadeiras. E o terceiro programa é este que está agora em vigor.

Nas restantes universidades do país, desde 2009 foram criados programas de doutoramento em Economia que seguiram a mesma orientação. Além dos já citados programas conjuntos, entre a FEUC e a Universidade do Minho, e entre a Universidade de Évora e a Universidade da Beira Interior (precedidos, em todas, de um programa próprio), também a Universidade do Algarve, a Universidade dos Açores e a UTAD criaram programas de doutoramento em Economia (em alguns anos inseridos como área de especialização no programa de Ciências Económicas e Empresariais). Destaca-se, como alternativa, neste período, no ISEG, e paralelamente à reformulação do programa de Doutoramento em Economia, a criação dos programas de Doutoramento em Estudos em Desenvolvimento, de Doutoramento em História Económica e Social, e de Doutoramento em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão, e, em Évora, a criação do programa de Doutoramento em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais, sob a responsabilidade do Departamento de Economia.

4. A dinâmica atual

A evolução do ensino pós-graduado em Economia foi marcada pela convergência dos currículos dos vários programas, esbatendo-se a relativa heterogeneidade existente antes de Bolonha (ver Branco *et al.*, 2018). No presente, esta similitude dos programas de mestrado e de doutoramento, das suas estruturas curriculares e conteúdos programáticos repercutem-se num estreitamento das temáticas e metodologias abordadas.

4.1. A convergência

Numa perspetiva histórica, João Ferreira do Amaral alega que foi a redução do tempo de licenciatura no âmbito de Bolonha que precipitou a fase final deste processo de convergência.

Há uma fase, logo imediatamente a seguir ao 25 de Abril, em que houve muito marxismo pelo meio, etc., e, depois, o keynesianismo por necessidade

[N]a verdade, [...] o primeiro é a tal ausência de programa em si, só conferência de grau, tendo em conta que existia alguém que podia orientar. Portanto, na sua transformação, se calhar até ficou mais orientado para o *core*, a ideia era orientá-lo mais para o *core* na tal versão do mestrado, embora eu pense que não foi tão [bem-]sucedido. Portanto, provavelmente aquilo que o doutoramento tem estado a transformar-se é realmente numa coisa mais padronizada e mais *mainstream*».

em todo o lado passou a segundo plano. Manteve-se uma ou outra coisa, mas, de facto, o que começou a imperar foram os manuais *standard*, que é uma mistura de keynesianismo, neoclassicismo, monetarismo. Depois, a certa altura, nos anos 1990, então começou a imperar a Nova Economia Clássica. Isso, claramente. Eu, mesmo assim, apesar de tudo, fui professor de Política Económica entre 1989 e 1999, [e] dei o curso que quis, que não era a Nova Economia Clássica. Mas foi a redução do curso, o número de anos de curso [que] em grande parte precipitou depois a adoção de manuais comuns, enfim dos *curricula standard*. (JFA)

A convergência⁵¹ dos cursos de pós-graduação em Economia ao nível da estrutura dos planos curriculares e dos conteúdos programáticos dificulta, no entender de Elvira Silva, a identificação dos elementos distintivos de cada instituição universitária:

[F]rancamente, não sei o que é que determina, dada a similaridade dos programas, um aluno escolher a FEP em vez de uma das outras, porque é uma coisa que está praticamente aceite, que unidades curriculares devem constar, por exemplo, do plano curricular do programa de doutoramento. Pode ter História do Pensamento Económico ou não, mas o *core* é [o mesmo]. (ES)

Na opinião de Miguel St. Aubyn, neste processo de convergência não é muito claro se o ISEG tomou a Nova como referência ou se ambas tomaram como referência o mesmo modelo. Contudo, considera que os cursos, em todos os graus, foram ficando mais próximos.

Talvez o ISEG tenha adotado o modelo da Nova ou então o ISEG e a Nova adotaram modelos que são parecidos. Estou a pensar um tanto nos doutoramentos e nas próprias licenciaturas. A partir de certa altura começam a utilizar-se manuais que são mais ou menos os mesmos, os modelos das aulas são mais ou menos os mesmos, o curso passa para três anos. E, também, em três anos, as pessoas acabam por fazer certas opções, e o que se obtém por

⁵¹ «Se olharmos para a estrutura, tem uma cadeira de Microeconomia, Macroeconomia, Econometria no primeiro semestre, se calhar a Economia Matemática, a chamada Microeconomia Avançada, a Macroeconomia Avançada, a Econometria Avançada, e depois tem [...], no segundo semestre, uns tópicos de Microeconomia, uns tópicos de Macroeconomia, uns tópicos de Econometria, se calhar uma ou duas optativas, e mais um seminário. Pronto, isso é no ISEG e eu acho que isto é mais ou menos uma estrutura semelhante» (MSA).

ser aquele tronco comum, ninguém vai querer deixar os seus alunos desasados e particularmente diferentes de outros. [...] E, portanto, isso foi fazendo com o que o ISEG fosse ficando mais parecido [com a Nova], mas também o Minho mais parecido com o ISEG, Coimbra, Porto, e por aí adiante. (MSA)

A convergência é também justificada pela preocupação com as saídas laborais, como expressa Sofia Vale:

Não queríamos que um aluno nos deixasse de escolher por achar que não éramos capazes de oferecer as ferramentas que ele precisa para estar à altura de concorrer ao Banco Central Europeu ou ao FMI. Por exemplo, nós temos alunos que têm ido para a OCDE fazer uns estágios, e isso é colocado na porta de entrada do mestrado. (SV)

Para Ana Balcão Reis esta convergência dos programas de ensino em Economia tem paralelo na investigação desenvolvida no âmbito da disciplina. As várias correntes teóricas que constituíam o núcleo duro da investigação no domínio da macroeconomia aproximaram-se. Com esta aproximação torna-se mais difícil a identificação dos próprios contornos do que se constitui como dominante.

[O]s neokeynesianos e os neoclássicos também se calhar já não são tão diferentes como eram. O modelo de base é o mesmo, a gente pega no modelo neoclássico e põe lá as limitações neokeynesianas, ou as restrições, as falhas de mercado. Portanto, se calhar as coisas também já não são tão extremadas como eram há alguns anos. (ABR)

Na mesma linha, Miguel St. Aubyn sublinha como o carácter distintivo da influência dos *Real Business Cycles* nos programas de ensino da FEUNL e da UCP se desvaneceu, porventura pela assimilação que ocorreu noutras instituições universitárias.

Houve uma altura em Portugal em que havia influência dos chamados *Real Business Cycles*. O pessoal tinha estado de facto nos Estados Unidos, mais para os lados da *água doce*. Tenho impressão que isso agora esvaneceu-se um bocado, tudo isso se diluiu um bocado. E, se calhar, também havia umas diferenças mais marcadas entre o que era o ISEG e o que era a Nova do que há agora. (MSA)

A escolha do curso passou a residir noutros elementos qualitativos, como o prestígio, as condições, os alunos, os professores ou a localização da escola. Ana Balcão Reis crê que o caráter distintivo, a existir, encontra-se na forma como o programa é dado e no tipo de alunos.

Uma das razões porque se escolhe a escola não tem que ver com o que é estudado, tem que ver com a forma como é estudado — exigência, profundidade —, o tema pode ser o mesmo. Basta os alunos serem diferentes. Eu até posso querer fazer o mesmo, mas, se os alunos forem diferentes, não vou conseguir. (ABR)⁵²

4.2. A uniformização dos programas de mestrado e doutoramento em Economia

A similitude dos programas de mestrado e doutoramento em Economia produz um efeito de repetição exaustiva de conteúdos, tanto a nível metodológico como temático, que é percecionada pelos próprios alunos, conforme denota Ana Balcão Reis.

Esse é um problema que os alunos muitas vezes põem até (e era uma das dificuldades que a gente tinha): «Nós andamos sempre a estudar o mesmo.» (ABR)

Esta repetição é justificada pela tentativa de satisfazer simultaneamente os seguintes objetivos: a) a necessidade de aprofundamento associada à sofisticação analítica do núcleo fundamental, e b) a necessidade de homogeneizar a formação dos alunos que provêm de áreas disciplinares que não a Economia.⁵³

⁵² MSA e JFA partilham a mesma opinião de ABR: «Eu acho que o doutoramento em Economia no ISEG, na sua estrutura, não é muito diferente dos outros. Entre o ISEG e a Nova, o Minho, Coimbra, o Porto, tende a ser um bocado parecido. Eu acho que a diferença depois pode ser quem está a dar aquelas aulas todas, como é que ele é preenchido, que eu acredito que até possa variar de ano para ano conforme os docentes» (MSA); «A [licenciatura] de Economia tenho dúvidas que se distinga das outras. Em três anos é muito pouco viável estar a fazer grandes distinções. Tem-se que ensinar o que se ensina, em três anos não há margem para muito mais. E, portanto, penso que a distinção se faz mais a nível individual do que propriamente a nível de escola» (JFA).

⁵³ «O curso de doutoramento tem estudantes da FEP, mas também estudantes provenientes de outras universidades, que tiraram licenciaturas e mestrados noutras universidades e, portanto, a primeira questão com que lidamos é a necessidade de homogeneizar a qualidade e os conhecimentos dos alunos. Isso obriga, às vezes, a ligeiras repetições» (AB).

Esta ideia de aprofundamento está presente, principalmente, no doutoramento, como assinala Ana Balcão Reis.

Claramente, no doutoramento há uma diferença grande a nível do grau de formalização. É suposto ser mais teórico. Nos mestrados tentamos transmitir uma visão aplicada e que implicações é que isto tem (mesmo em Microeconomia) em termos de política económica no mundo real. No doutoramento, essa não é uma preocupação: são transmitidas as bases fundamentais, o que está na fronteira do que se anda a fazer. (ABR)⁵⁴

A ênfase no aprofundamento e na sofisticação formal mostra como o objetivo de se oferecer uma panorâmica mais abrangente da investigação realizada em Economia é desvalorizado. Miguel St. Aubyn associa isso ao predomínio de um tipo de ensino muito centrado nas temáticas do núcleo fundamental com prejuízo da controvérsia interna existente na disciplina.

Há duas coisas que eu acho que são diferentes. Uma coisa é a exposição dos vários assuntos da Microeconomia [e da] Macroeconomia. Outra coisa é a questão da conflitualidade interna que possa haver na disciplina, de escolas diferentes, perspetivas diferentes. Podíamos pensar numa exposição horizontal e vertical. O que tem predominado é essa exposição [horizontal] de temas. (MSA)

A inclusão de outras temáticas ou metodologias, como, por exemplo, as de Economia Comportamental ou Experimental, é remetida para a esfera da motivação individual ou do interesse dos alunos, no âmbito do desenvolvimento da sua tese, ou para possíveis seminários organizados pela faculdade. Neste sentido, a inovação curricular no âmbito dos mestrados e doutoramentos em Economia cinge-se a ajustamentos que possam ocorrer no contexto dos modelos já existentes. Outra fonte de inovação é a que provém do próprio corpo docente e da possibilidade da sua variação.

⁵⁴ ES e MSA descrevem no mesmo sentido: «A abordagem certamente é diferente. Mais formalização» (ES); «A sensação que eu tenho é que há uma preocupação no doutoramento de dar uma preparação que seja teórica, boa, profunda, etc. E, portanto, isso acaba por afastar um bocadinho da conjuntura. [...] Neste caso, [a crise] foi uma conjuntura de tal maneira dramática que teve consequências sobre a própria teoria económica. Mas, nesse caso, então isso aparecerá como teoria económica e não como a crise de 2008. Eu acho que é um bocadinho por aí que a coisa vai, na melhor das hipóteses» (MSA).

Este conservadorismo notado também por Catarina Roseta Palma contrasta com as críticas de que a disciplina foi alvo no contexto da crise económica e financeira que principiou em 2007–2008.

Nós temos tentado refletir nas nossas aulas aquilo que se passou na crise de 2007–2008. [...] Mas não posso dizer que: «Houve aquele momento e depois mudámos tudo por causa disso.» Nós temos andado a seguir aquele processo do CORE em Inglaterra da reestruturação do ensino, mas, por aquilo que eu vejo, é muito baseado nas licenciaturas para já. E, portanto, em termos de ensino pós-graduado, eu não vi ainda nenhuma alternativa aos nossos modelos formais, ao Mas-Colell, aos modelos de equilíbrio geral computacional. Eles têm que aprender isto, podem gostar mais ou gostar menos. A minha perceção — os meus colegas poderão pensar de outra forma — é que a teoria económica a nível pós-graduado não mudou radicalmente. [...] O que está no programa continua a ser o modelo por detrás do consumidor para a procura, o modelo por detrás do lucro para a oferta. (CRP)

5. Perspetivas críticas

A uniformização das formações pós-graduadas em Economia em Portugal é uma realidade, mas, se este processo decorreu sem aparentemente encontrar grande resistência, tal não significa que tenha sido consensual, que não tenha havido posições críticas, ou que não tenham sido propostas alternativas, mas simplesmente que estas parecem não ter tido peso suficiente para contrariar o processo. A possibilidade de contrariar o estado atual de homogeneidade dos programas de mestrado e doutoramento em Economia e de afunilamento dos conteúdos programáticos, a partir de uma perspetiva inclusiva de outras temáticas e metodologias de investigação,⁵⁵ tem sido percecionada como uma opção arriscada no sentido de preservar o funcionamento dos próprios cursos. O afunilamento ao nível do ensino pós-graduado parece aliás contrastar com a diversidade que se encontra nas escolhas de investigação. No caso do ISCTE, Helena Lopes refere que os cursos são menos pluralistas do que a composição de pensamento económico dos docentes e da sua investigação.

⁵⁵ «Elas poder [ser incluídas], podem. Agora, não têm grande futuro. É uma análise, uma apreciação, uma avaliação que cada faculdade tem que fazer para sobreviver» (AF).

Não me parece que o nosso doutoramento espelhe a investigação em Economia que se faz no ISCTE. Acho que a investigação é mais heterodoxa do que o doutoramento, hoje. (HL)

Existe um espartilho institucional que molda os percursos de aprendizagem, tornando saliente certas alternativas e limitando as escolhas. Esse espartilho é, em parte, criado pelos próprios cursos de pós-graduação em Economia, acabando por traduzir-se na reprodução dos conteúdos curriculares na investigação feita no âmbito da tese de doutoramento. Os custos de aprendizagem e a perceção de isolamento por se optar por uma via alternativa estão na base desta reprodução. Após a aquisição de competências no contexto da parte curricular de um doutoramento em Economia, que tem um tempo prolongado de aprendizagem, é improvável que se venha a escolher no âmbito da elaboração da tese de doutoramento abordagens teóricas muito distintas, as quais, de resto, gozam também, na maior parte dos casos, de pouca representatividade nas instituições. Em suma, o estudo mais abrangente e aprofundado de outras abordagens ocorre, muitas vezes, apenas numa fase pós-doutoramento. João Ferreira do Amaral mostra-se aliás favorável à manutenção da opção de um formato de doutoramento sem componente curricular, pois o que é para ele fundamental é que tenha a exigência de inovação. Por outro lado, os domínios em que as teses são realizadas revelarão o mesmo estreitamento que as formações.

[H]á alunos que estão interessados na Economia Institucionalista, mas sabem que se quiserem fazer um percurso académico não podem escolher um institucionalista como orientador, e não podem fazer um doutoramento institucionalista. Portanto, fazem uma tese ortodoxa e, depois, passam a fazer investigação institucionalista. (HL)

Outra limitação da investigação em Economia com reflexo na natureza da investigação desenvolvida no âmbito do doutoramento é a falta de valorização de estudos que versem sobre a economia portuguesa na sua dimensão substantiva e de estudos com um teor multidisciplinar.

Em Portugal, há dois aspetos que, [no âmbito d]a FCT, prejudicam fortemente a investigação económica. Um, é que olhar para revistas internacionais é muito bom, mas só se publica em revistas internacionais coisas que interessam internacionalmente. Portanto, estar a publicar um artigo, mesmo bom,

sobre coisas que sucedem em Portugal não tem grande chance de ser publicado. O segundo aspeto é a multidisciplinaridade. Hoje, qualquer artigo ou projeto de investigação multidisciplinar é penalizado pela FCT. A FCT dirigia isso para o painel de Economia e o painel de Economia dizia, na melhor das hipóteses, «Isto não é Economia...». (JFA)

João Ferreira do Amaral considera, por outro lado, que seria importante existir uma perspetiva crítica na abordagem que é feita aos conteúdos programáticos. Essa poderia ser a função da História do Pensamento Económico, ausente na maior parte dos programas pós-graduados, sobretudo nos de doutoramento.

O foco na modelização e nos estudos empíricos desenvolvidos nesse âmbito é concomitante de uma quase ausência, na investigação em Economia em Portugal, de estudos de natureza substantiva sobre a economia portuguesa que requerem abordagens alternativas que não constam dos programas de ensino pós-graduado.

Eu acho que é paradoxal, mas falta à Economia muito estudo empírico, porque a economia, antes do mais, é uma coisa que acontece por aí, não é assim propriamente uma especulação. E, portanto, tem uma componente de tecido económico que é óbvia, que se quantifica e que se estuda. Pode estudar-se de várias maneiras, também há várias abordagens que estão entre o qualitativo e o quantitativo. Tudo isso nos há de elucidar sobre o que se passa. Se nós quisermos, por exemplo, perceber o que se passa num certo setor industrial, havemos de não só ver o *input-output*, mas também falar com os agentes: com os empresários, com os trabalhadores, com os fornecedores, com os concorrentes. (MSA)

Miguel St. Aubyn sublinha ainda a impossibilidade de se compreender a realidade económica recorrendo apenas a um modelo econométrico. O conservadorismo que rejeita a inclusão de outras metodologias nos currículos de Economia, desde a licenciatura ao doutoramento, tem na base, para Miguel St. Aubyn, um conjunto de preconceções sobre o que os economistas fazem, ou devem fazer, e sobre o que devem aprender.

Por um lado, o pessoal de Economia normalmente desconfia muito quando se começa a fugir do método habitual. Há uns que [dizem]: «Isto começa a ser muito paleio, falta aqui disciplina, não se demonstra, cada um faz o que quer,

não há um modelo.» Depois, há um certo complexo face às ciências duras, uma coisa antiga, mas eu acho que existe, que isso mantém-se, temos de ser um bocado como a Engenharia. Por outro lado, como há uma necessidade de matematizar e de quantificar, e há uma série de coisas, de facto, quantificadas em Economia, estas coisas conjugam-se de tal maneira que às vezes acaba-se por desprezar outros aspetos. (MSA)

Numa perspetiva mais alargada, João Ferreira do Amaral crê que a atenção aos problemas reais que já caracterizou o ensino da Economia está atualmente ausente dos programas. Esta ausência está para João Ferreira do Amaral associada à falência de uma conceção da formação do economista orientada para a transformação progressista da realidade social.

[P]erdeu-se muito, a certa altura, por influência da globalização, da liberalização, a ideia do economista para melhorar a sociedade, que era a função tradicional dos economistas. [...]. O que sucedeu foi que, principalmente a partir da altura em que os mercados financeiros se liberalizaram, no início dos anos 1980 e depois 1990, as questões financeiras, os mercados financeiros começaram a esmagar tudo o resto nos *curricula* económicos. (JFA)

A standardização do ensino pós-graduado em Economia em Portugal permitiu que este alcançasse os padrões internacionais, mas, além de não ter conseguido preservar uma diversidade formativa que permitisse acomodar os diferentes modos de fazer e investigar Economia, também não foi capaz de influenciar esses mesmos padrões.

Nós seguimos. Somos, digamos, uns *followers*, inevitavelmente. A questão é a forma como se segue, pode seguir-se criticamente ou acriticamente. (JFA)

Por exemplo, na opinião de Elvira Silva, «em termos estruturais, o que determinou o antes e o depois foi Bolonha», na medida em que a redução do tempo da licenciatura empobreceu o curso,⁵⁶ fazendo desaparecer

⁵⁶ «Por exemplo, em relação à licenciatura, foi decisão da Faculdade e da própria Universidade reduzir para três anos, e eu, se fosse eu a decidir, não reduzia, mantinha em quatro anos, por exemplo. Porque nós tínhamos reduzido para quatro anos, tínhamos eliminado as gorduras que existiam, digamos assim, no plano de estudos de cinco anos, e estava ali um plano equilibrado — perfeito, diria. Mas, depois, quer dizer, é aquela ideia: “Os outros fazem e nós não vamos fazer. Então, como é?” Os alunos vão olhar para as outras instituições a oferecer

elementos imprescindíveis, e que também não se encontram representados na pós-graduação, como História Económica ou Investigação Operacional.⁵⁷ Deste modo, não ter seguido o Processo de Bolonha poderia ter sido distintivo.

Eu acho que foi por efeito de imitação: «Se o vizinho faz eu também vou fazer.» [...] E eu às vezes acho que nós devemos fazer exatamente o oposto para nos distinguirmos. (ES)

Conclusão

Após uma experiência de quase quarenta anos, o ensino pós-graduado da Economia em Portugal sofreu profundas mudanças desde a sua criação em finais dos anos 1970. Neste período, foi clara a procura de modelos estrangeiros com o foco de modernizar o ensino numa perspetiva canónica com o modelo norte-americano e europeu, no qual a FEUNL foi precursora e as restantes faculdades procuraram emular, um fenómeno que se acentuou com o Processo de Bolonha. Os cursos estabilizaram nestes programas padrão e nas suas dinâmicas evolutivas, apenas passíveis de ajustamentos teóricos no interior do núcleo fundamental ou por motivos relacionados com a procura, tendo como pano de fundo uma ideia de internacionalização. Neste sentido, há um certo conservadorismo em círculo, que se autojustifica por aquilo que se espera que os alunos dominem quando terminam o curso, que por sua vez tem ligações às práticas da academia, à investigação e a outras saídas profissionais, públicas ou privadas. Assim, excetuam-se os poucos casos em que há ainda alguma tradição, ou pela simples presença de alguns docentes que contribuem para a permanência pela inclusão de um programa disciplinar que não se enquadra no padrão.

A implementação de um curso que se demarque, ainda que não substancialmente, deste curso típico convergente é percecionada como muito arriscada devido ao receio de quebra na procura. O surgimento de indicadores de contexto da concorrência que homogeneizaram os cursos — de

em três anos, mais rapidamente, e eles vão pensar: “Estou aqui a gastar mais um ano do meu tempo.” Mas eu não sou nada favorável a isso. Eu mantinha» (ES).

⁵⁷ «A questão é que a redução para três anos obrigou a cair alguma coisa. Numas, caiu História Económica, noutras, caíram outras coisas. Aqui, por exemplo, uma delas, que me está a surgir agora, é Investigação Operacional, que eu acho que é uma cadeira fundamental, porque nós temos que dar meios aos alunos para poder trabalhar, e a Investigação Operacional é um deles» (ES).

que são exemplo os vários *rankings*, as acreditações e as avaliações da A3ES, ou as avaliações no quadro da FCT — auxiliou todo o processo. Na verdade, o afunilamento começa no ensino, secundarizado com uma função instrumental para produzir estes efeitos. Deste modo, o centro dominante, salvo raras exceções, acaba por implicar a adoção de vários procedimentos de emulação por parte das restantes faculdades. Neste âmbito, o conjunto das publicações enquanto sinalizador do valor do percurso académico foi assumindo um peso crescente, dado que o reconhecimento curricular é valorizado não apenas pelo número de artigos produzidos e publicados, mas também onde são publicados. As revistas mais bem cotadas nos *rankings* obrigam ao cumprimento de certos critérios, nomeadamente metodológicos, e grande parte destes encontram-se ancorados na Economia padrão. Este sistema valorativo é uma forma importante de disseminação das ideias económicas para o ensino, dado que reforça a importância de um núcleo que se entende como imprescindível aprender para se poder investigar e publicar em conformidade com os critérios das revistas, secundarizando a autonomia académica.

Por último, os economistas que obtêm um maior reconhecimento no sentido acima exposto, produzem e protegem o tipo de modelos que lhes permite manter-se na posição que já ocupam, incluindo em instituições governamentais que mantêm os mesmos modelos. No fundo, a importação dos conteúdos foi acompanhada por importações organizacionais que reforçaram a sua proteção, e o que parece ser um meio de conferir legitimidade científica acaba por estabelecer uma hierarquia num campo disciplinar heterogéneo, remetendo para segundo plano outras abordagens e dificultando o debate aberto e crítico das ideias.

Referências bibliográficas

- A3ES — Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (2009), *Plano de actividades para 2009*. Lisboa: A3ES. Disponível em <https://www.a3es.pt/pt/documentos/documentos/planos-de-atividades>
- Baccini, Alberto; Marcuzzo, Maria Cristina (2009), “I dottorati di ricerca in Italia: come si formano gli economisti?”, *Economia Politica*, 16(2): 249–261.
- Bastien, Carlos; Cardoso, José Luís (2018), “O ensino da macroeconomia no ISEG após 1974”, in Jorge Braga de Macedo (coord.), *Macro de Economia Aberta: Ensino e Prática depois de Abril*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 116–120.
- Bowen, Howard R. (1953), “Graduate education in economics”, *American Economic Review*, 43 (4, Part 2, supplement): ii–223. JSTOR: <https://www.jstor.org/stable/1811119>

- Branco, Manuel C.; Costa, Ana; Marçal, Gonçalo (2018), “Evolução do Ensino Pós-graduado em Economia em Portugal”, comunicação apresentada no seminário *Por Onde Vai o Ensino da Economia em Portugal*, ISCTE, Lisboa, 21 de junho de 2018.
- Louçã, Francisco (1998), “Francisco Pereira de Moura (1925–1998) — the founder of modern economics in Portugal”, *American Journal of Economics and Sociology*, 58(2): 361–364. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1536-7150.1998.tb03477.x>
- Marçal Grilo, Eduardo (1994), “O sistema educativo”, in António Reis (coord.), *Portugal — vinte anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 406–435.
- Nunes, Manuel Jacinto (1968), “O ensino das ciências económicas e os objectivos da Universidade”, *Análise Social*, 6: 22–24. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224253212JlfWP5hb1Pe10SB5.pdf>
- Nunes, Manuel Jacinto; Cardoso, José Luís; Porto, Manuel Lopes (2016), “Elementos para a história do ensino universitário de economia e finanças (1911–1974)”, *Boletim de Ciências Económicas*, LIX: 329–391. Disponível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/26436/1/ICS_JLCardoso_Elementos_ARN.pdf
- Oppenheimer, Jochen; Romão, António (1985), *O ensino e a investigação na ciência económica em Portugal — um contributo*. Lisboa: ISE, mimeo.
- Valério, Nuno; Nunes, Ana Bela; Bastien, Carlos; Costa, Sandra; Barros, Vera (2011), *ISEG, 100 anos a pensar no futuro*. Lisboa: ISEG.